



**Universidade de Brasília- UnB
Departamento de Geografia
Instituto de Ciências Humanas- IH**

Estephany da Silva Almeida

**IMAGENS E IMAGINÁRIOS SOBRE BRASÍLIA: CAPITAL NACIONAL E
PATRIMÔNIO MUNDIAL**

Brasília, 2016



**Universidade de Brasília- UnB
Departamento de Geografia
Instituto de Ciências Humanas- IH**

Estephany da Silva Almeida

**IMAGENS E IMAGINÁRIOS SOBRE BRASÍLIA: CAPITAL NACIONAL E
PATRIMÔNIO MUNDIAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília – UnB (*Campus Darcy Ribeiro*), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília, 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

ALMEIDA, Estephany

Imagens e Imaginários sobre Brasília: Capital Nacional e Patrimônio Mundial/
Estephany da Silva Almeida;

Orientação: Everaldo Batista da Costa, Brasília, 2016.

Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Geografia), Universidade de
Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia.

[IH/GEA/UnB]

I. Brasília. II. Imagem e imaginário. III. Patrimônio Mundial da Humanidade. IV.
Dinâmica Territorial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Estephany. Imagens e imaginários sobre Brasília: Capital Nacional e Patrimônio Mundial. Monografia de Graduação. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2015. p. 77.

CESSÃO DE DIREITOS

Autoria: Estephany da Silva Almeida

Título: Imagens e imaginários sobre Brasília: Capital Nacional e Patrimônio Mundial.

Grau: Bacharel e Licenciatura, 2016.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e, ainda, emprestar e/ou vender cópias somente que destinada a propósito acadêmicos ou científicos, desde que citada a fonte.



Estephany da Silva Almeida

IMAGENS E IMAGINÁRIOS SOBRE BRASÍLIA: CAPITAL NACIONAL E PATRIMÔNIO MUNDIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília – UnB (*Campus Darcy Ribeiro*), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Brasília, 06 de julho de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) - UnB

Profa. Dra. Iracema Lecourt [Instituto de Artes - UnB]

Profa. Dra. Marília L. Peluso [Departamento de Geografia]

Profa. Msa. Rúbia de Paula Rúbio - UnB

Aprovado em: 06/07/2016
Brasília, 06 de julho de 2016

*Dedico essa monografia a tríplice que
forma e compõe a minha trajetória de
vida. Deus, minha Família e ao meu
companheiro e parceiro de muitas
empreitadas, Rafael Rodrigues.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado a oportunidade da vida.

Agradeço a melhor pessoa que conheci nesses últimos anos, Rafael Rodrigues Sobreira de Souza. Pelo seu companheirismo, pelas aventuras, pelos cuidados e principalmente por me mostrar a beleza da vida, e por me apresentar ao amor.

Agradeço aos meus pais, Oscar de Souza Almeida e Rosemayre Martins da Silva Almeida, por terem me dado a herança dos estudos, que não tiveram. Por terem me ensinado e me educado para vida.

Agradeço ao Dr. Prof. Everaldo Batista da Costa, por suas aulas inspiradoras, por nunca ter desistido dos seus alunos e por acreditar na educação. Também agradeço pela confiança, pelas orientações acadêmicas e orientações para a vida.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.”

(Aristóteles)

RESUMO

Brasília, símbolo da modernidade brasileira foi projetada por meio do discurso e das ideologias políticas do Brasil. Considerada utópica, a nova Capital utilizou dos recursos simbólicos para lançar sua imagem e garantir a aceitação da população nacional. O projeto de construção de Brasília é algo relativamente antigo, pois a ideia de transferir a capital para o Centro do país veio desde o período em que o Brasil era colônia portuguesa. Brasília foi inaugurada na década de 1960 e seu contexto histórico excepcional fez com que fosse inscrita na lista de Patrimônio Histórico da Humanidade. Entretanto, sua dinâmica territorial acabou tornando Brasília uma cidade comum em relação aos problemas sociais, como a desigualdade social. Levando em consideração o contexto da construção de Brasília, várias mudanças foram percebidas na paisagem do Centro-Oeste brasileiro, principalmente no que diz respeito ao crescimento urbano. Atualmente o Distrito Federal possui 31 Regiões Administrativas, muitas dessas cidades foram criadas no contexto da construção de Brasília, porém essa memória e referência é constantemente negligenciada, projetando apenas a imagem de Brasília como o Plano Piloto.

Palavras-Chave: Brasília; Imagem e imaginário; Patrimônio Mundial da Humanidade; Dinâmica Territorial.

ABSTRACT

Brasilia, symbol of modernity was designed by means of speech and of the political ideologies of Brazil. Considered utopian, the new Capital has used the resources to symbolic launch your image and ensure the acceptance of national population. The project for the construction of Brasilia is relatively old, because the idea of transferring the capital to the center of the country came from the period in which the United States was a portuguese colony. Brasília was inaugurated in the 1960s and their historical context of exception made it on the list of Historic Patrimony of the Humanity. However, its territorial dynamics turned Brasilia a city policy in relation to social problems, such as social inequality. Taking into account the context of the construction of Brasilia, several changes were noticed in the landscape of the Brazilian Center-West region, especially with regard to urban growth. Currently, the Federal District has 31 Administrative Regions, many of these cities were created in the context of the construction of Brasilia, but this memory and reference is constantly overlooked, projecting only the image of Brasilia as the Pilot Plan.

Key-words: Brasília; Image and imaginary; World Heritage; Territorial dynamic.

LISTA DE MAPAS, FIGURAS E FOTOS

MAPAS

MAPA 1 – Localização de Brasília e sua Área Tombada -----	16
MAPA 2 – Densidade Patrimonial no Distrito Federal -----	69

FIGURA

FIGURA 1 – Projeto para Plano Piloto de Brasília, Desenhado Por Lúcio Costa -----	25
FIGURA 2 – Mapa do Brasil mostrando as distâncias entre diversas cidades e a futura capital (1957) -----	38

FOTOS

FOTO 1 – Grupo de homens chegando a Brasília-DF “Candangos”-----	27
FOTO 2 – “Grito de Brasília para as Diretas Já”-----	34
FOTO 3 – Jornadas de Junho -----	34
FOTO 4 – Outdoors sobre o risco da Dengue -----	41
FOTO 5 – Propaganda de uma empresa que promove segurança -----	41
FOTO 6 – Construção da Esplanada dos Ministérios (1956/1960) -----	43
FOTO 7 – Construção do Congresso Nacional (1956/1960) -----	43
FOTO 8 – Pequenos grupos de turistas em visita a Catedral de Brasília e a Esplanada dos Ministérios -----	45
FOTO 9 – Pequenos grupos de turistas em visita a Catedral de Brasília e a Esplanada dos Ministérios -----	45
FOTO 10 – Marco Zero de Brasília – Cruzamento dos Eixos Rodoviários e Monumental (1957) -----	49
FOTO 11 – Acampamento da Missão Cruls (1892) -----	53
FOTO 12 – Obelisco da Pedra Fundamental -----	53
FOTO 13 – Palestra de Juscelino Kubitschek no Clube Militar -----	54

FOTO 14 – Construção da Barragem do Paranoá-DF (1959) -----	59
FOTO 15 – Rodoviária do Plano Piloto e Buraco do Tatu -----	60
FOTO 16 – Praça dos três Poderes e Esplanada dos Ministérios -----	60
FOTO 17 – Acampamento de “candangos” na Esplanada dos Ministérios/ Brasília – DF -----	60
FOTO 18 – Presidente JK saúda a população na inauguração de Brasília em 21 de Abril de 1960 -----	64
FOTO 19 – Museu Vivo da Memória Candanga – Antigas instalações do Hospital Juscelino Kubitschek.-----	66
FOTO 20 –Museu Histórico e Artístico de Planaltina -----	66

LISTA DE SIGLAS

ARPDF – Arquivo Público do Distrito Federal.

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina.

DEPHA - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF

DF – Distrito Federal.

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

JK – Juscelino Kubitschek.

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

RAs – Regiões Administrativas.

SUPHAC – Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
(*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

SUMÁRIO

1.	Introdução -----	14
1.1	Justificativa -----	17
1.2	Objetivo (s) -----	18
1.2.1	Objetivo Geral -----	18
1.2.2	Objetivos Específicos -----	18
1.3	Procedimentos Metodológicos -----	18
2.	REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA URBANA-----	21
2.1	Imagens, Imaginários e Territórios Urbanos -----	21
2.2	A Leitura do Território Urbano -----	27
3.	A FUNÇÃO DOS SÍMBOLOS PATRIMONIAIS URBANOS NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL -----	33
3.1	A Simbologia Capitalista no Período Técnico-Científico-Informacional	35
3.2	Brasília: a cidade símbolo da modernidade -----	42
4.	IMAGENS E IMAGINÁRIOS REPRODUZIDOS EM BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE -----	50
4.1	A imagem e o Símbolo de Brasília em sua pré-concepção -----	51
4.2	A concepção de Arquitetura Brasília e seus idealizadores -----	57
4.3	Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade: utopia e realidade -----	64
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	74
	APÊNDICE -----	78

1. INTRODUÇÃO

A todo momento estamos inseridos em relações sociais que estão repletas de significados, que reproduzem nosso imaginário. Essas relações sociais buscam sua identidade por meio do discurso e, principalmente, por meio dos recursos imagéticos, provindo do cotidiano vivido. Saberna (2003) afirma que o imaginário mobiliza as pessoas por meio do discurso, da luta política e pelo próprio trabalho.

Todas as imagens são produzidas de acordo com a experiência empírica, individual e visual. O imaginário apesar de ser algo singular só é formado por meio da realidade percebida, através do produto das imagens. Assim, a imagem e o imaginário estão além do que é o real, e sua formação depende de vários fatores, inclusive o meio social no qual se encontra o indivíduo (Lapatine, 2003).

Para Baczko (1985), as relações sociais estão conectadas às estratégias da manipulação do imaginário, principalmente no âmbito político. A mídia, como uma ferramenta política, também tem a função de manipular o imaginário social. Neste contexto, a construção de Brasília só foi concretizada por meio de seu ideal imagético em função da força da mídia e do poder político nacional.

Visto que a manipulação do imaginário social pode ser considerada uma ferramenta do poder, o território também pode ser projetado ideologicamente por meio do poder do imaginário. Assim, Raffestin (1993) afirma que essa prática é antiga e pode ser entendida como um jogo de poder.

O território é materializado pelas técnicas e pelas relações de trabalho, onde reproduz um sistema hegemônico na sociedade e nas cidades. Segundo Souza (1999), a técnica dá ritmo ao tempo e é nas cidades que ocorrem o acúmulo do tempo e do trabalho. Levando em consideração o tipo de contexto histórico em que uma determinada cidade foi urbanizada, podemos extrair os significados que fazem a cidade ser singular, mas esse processo sempre aparece com semelhanças.

O Brasil perdurou durante séculos em uma economia baseada no comércio marítimo, onde as duas principais capitais e a maior parte da elite econômica nacional estavam presentes no litoral brasileiro. A imagem e o imaginário da transferência da capital para o centro do país influenciaria no desenvolvimento do restante do país e desconcentraria o poder dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Costa e Peluso, 2013).

O projeto Brasília estava no contexto dos avanços técnicos em que o mundo estava se inserindo. Assim, a construção de Brasília favoreceria a quebra da imagem de um país atrasado economicamente e promoveria a indústria no interior do país. Brasília também se contextualiza com o avanço das técnicas automobilísticas.

Para a concretização de Brasília, várias pessoas vieram “ajudar” na empreitada de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Aos poucos, a cidade foi ganhando forma e em menos de quatro anos suas principais obras foram finalizadas. Além da mudança econômica e da transferência da capital, o Centro-Oeste brasileiro teve sua paisagem e dinâmica social modificada, tanto por novas cidades, que vieram depois de Brasília, quanto pela variação cultural na qual se misturava na nova Capital.

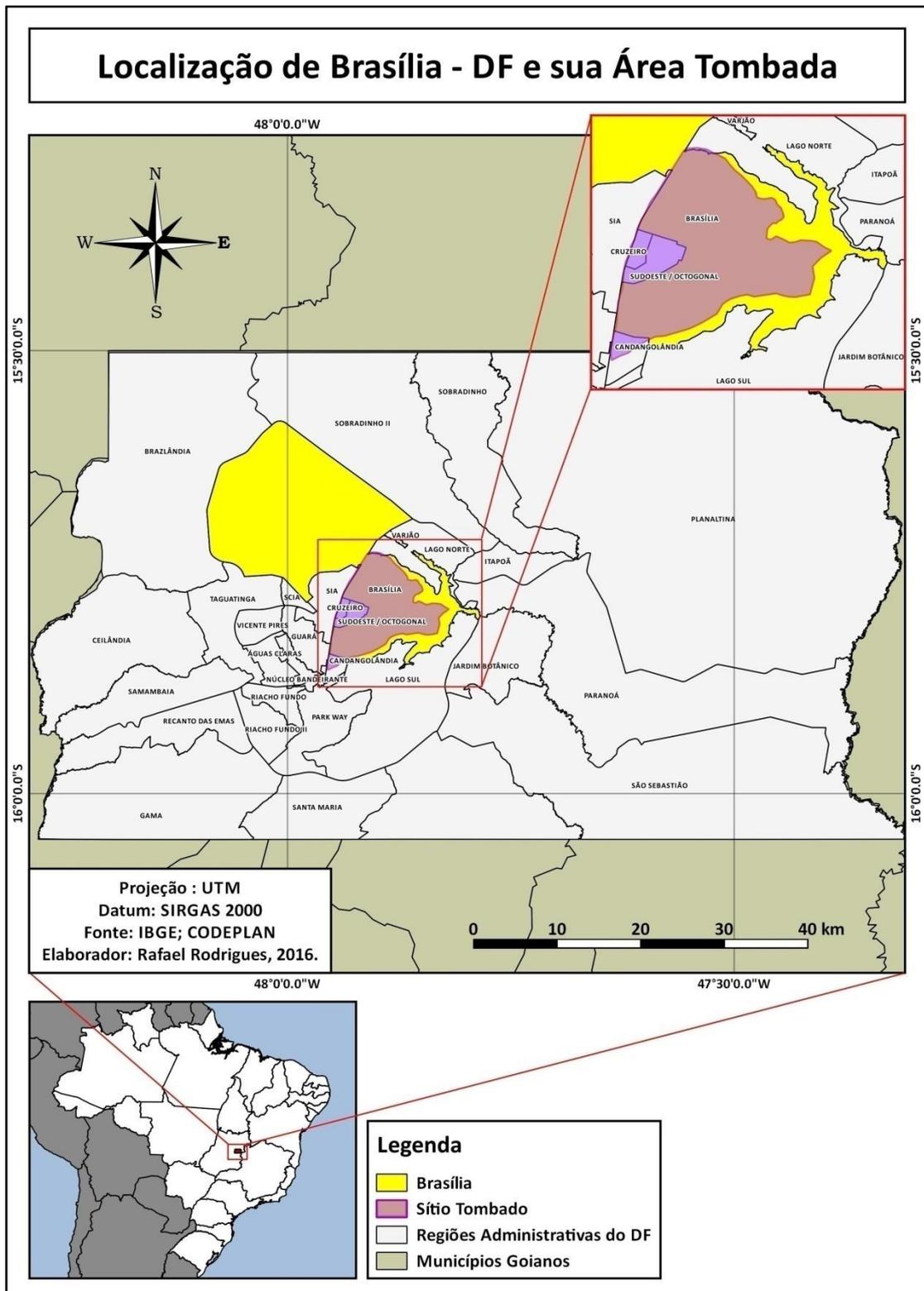
Brasília tem vários símbolos que a representam, e seu contexto na história do Brasil ganhou o reconhecimento mundial por meio da chancela de Patrimônio Mundial da Humanidade, deferida pela UNESCO (1987). A justificativa para tal título estava na sua história singular e principalmente pelo conjunto urbanístico que forma a paisagem de Brasília (*ver mapa 1*).

A nova Capital sempre foi alvo de muitas críticas, mesmo antes de ser concretizada. Quando o tombamento de Brasília ainda era um projeto, inscrito em um formulário, várias críticas foram lançadas principalmente por parte dos empresários que gostariam de ver Brasília crescendo cada vez mais (Correio Brasiliense, 1983). Esse processo ocasionaria o desaparecimento da identidade conceitual de sua gênese. O tombamento de Brasília privou o crescimento exacerbado da cidade.

Entretanto, outras áreas distantes da capital foram sendo ocupadas. Esse processo se deu principalmente após o término da construção de Brasília. Essas cidades eram conhecidas na época como Cidades Satélites, e foram consideradas como uma solução para distanciar a população das proximidades do território de Brasília. O crescimento dessas cidades foi e é muito intenso. Atualmente o Distrito Federal possui 31 Regiões Administrativas. Assim, como podemos ver no Mapa 1, as RAs ocupam todo o quadrilátero do Distrito Federal.

O presente trabalho tem como interesse abordar a imagem e o imaginário de Brasília, desde sua pré-concepção aos tempos atuais. Neste sentido, o trabalho tem

como foco o entendimento de Brasília para além do Plano Piloto, visto que as memórias e os reais edificadores da Capital se encontram além do sítio tombado e protegido. As Regiões Administrativas também têm sua história e, principalmente, possuem a memória de resistência cultural.



MAPA 1: **Localização de Brasília e sua área tombada pelo IPHAN.** Elaboração: Rafael Rodrigues, 2016.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos e um total de sete sub-capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos que o trabalho aborda, juntamente com a ideia de Brasília em sua formação simbólica. O segundo capítulo está pautado em trazer a função dos símbolos para o entendimento das transformações técnicas e os símbolos dos Patrimônios urbanos na dinâmica urbana. E, por fim, o terceiro capítulo tangencia os outros dois, a respeito dos conceitos abordados sobre a imagem e o imaginário de Brasília como Patrimônio Mundial, desde sua pré-concepção, à formação da sua imagem e o imaginário nos dias atuais.

1.1 JUSTIFICATIVA

O indivíduo como construtor da imagem da cidade também reproduz o imaginário sobre sua realidade, principalmente por meio do discurso. A representação imaginária urbana emerge carregando relações totofóbicas ou totofílicas, constituída pelo espaço vivido e percebido pelo indivíduo.

O discurso enaltecido sobre a construção de Brasília sugere uma leitura romântica aos que não conhecem as interfaces do processo da construção da capital brasileira. A história contada sobre a construção de Brasília muitas vezes mascara o real contexto em que ela foi construída e até mesmo negligencia a história dos que efetivamente ergueram os principais monumentos e edifícios em Brasília.

Estrategicamente, Brasília foi lançada por meio do discurso como imagem da arquitetura moderna, reconhecida internacionalmente, e como centro do poder nacional. Dessa forma, compreender Brasília como Patrimônio Mundial da Humanidade perfaz um caminho longo, principalmente quando tratamos da lógica em que a imagem de Brasília é produzida e reproduzida pelos meios de comunicação.

Não foi apenas Brasília que nasceu no Distrito Federal, outras cidades também foram criadas no mesmo período em que a capital foi erguida. Essas cidades, ou melhor, essas Regiões Administrativas têm contextos de ocupação, cultura e estrutura urbana diferenciada quando comparadas com Brasília, apesar da pouca evidência designadas a elas.

Entretanto, esses lugares também reproduzem a experiência humana, e principalmente, reproduzem a imagem e o imaginário que constitui o cotidiano individual ou coletivo. As formas técnicas, as tecnologias, a comunicação e as informações também contribuem para a reprodução desse imaginário. Dessa forma, tal abordagem encontra-se em função da relevância do tema abordado, pois apesar do acervo sobre Brasília ser vasto, ainda existe algumas lacunas a serem preenchidas.

1.2.2 OBJETIVOS

1.2.2 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a lógica imagética e imaginária que reproduz Brasília, como Patrimônio da Humanidade, no período técnico-científico-informacional, sem desconsiderar os sentidos atribuídos à cidade na lógica de sua construção.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Apresentar os principais conceitos que envolvem o objeto em contextualização histórica;
2. Compreender o papel dos símbolos na representação urbana, patrimonial e política;
3. Analisar as imagens e os imaginários de Brasília, desde sua concepção à atualidade.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram feitas as leituras e organização das atividades de campo com foco no recorte espacial do Plano Piloto patrimonializado. Nessa primeira parte, foi feita uma coleta de dados, principalmente a apreensão teórica dos principais conceitos que o trabalho aborda, sobre: patrimônio da humanidade, imagem e imaginário urbano.

Para o estudo e análise do recorte espacial, foi feita uma visita de aproximação, para o primeiro contato com o objeto a ser analisado, Plano Piloto – Distrito Federal. Também foram feitos campos prévios, e três campos de profundidade, no intuito de coletar informações primárias e visitação ao Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF).

A coleta de informações primárias também consistiu na aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos moradores e turistas de Brasília. As entrevistas foram feitas próximo a Rodoviária do Plano Piloto. A escolha dessa localidade como ponto de partida, justifica-se por ser um dos principais lugares de cruzamento entre as populações do Distrito Federal e do seu entorno.

O uso das entrevistas teve como objetivo a apreensão das imagens e dos imaginários dos moradores, trabalhadores e turistas de Brasília. O roteiro das entrevistas semi-estruturadas, que se encontra no apêndice, foi planejado de acordo com as orientações do Prof. Dr. Everaldo Costa. Para otimizar o tempo das entrevistas e para um melhor aproveitamento das falas dos entrevistados foram feitas gravações referentes a cada participante. Os nomes dos entrevistados não foram divulgados a fim de preservar a identidade e a opinião de cada um.

Foram totalizados 10 entrevistados, escolhidos aleatoriamente e de acordo com a disponibilidade para responder o questionário. Dois entrevistados estavam de passagem por Brasília, um a trabalho e outro a turismo. Apenas um entrevistado nasceu e cresceu no DF, sendo que os demais eram naturais de outros estados do país, como: Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. Entretanto, com exceção dos dois entrevistados que estavam de passagem por Brasília, todos eram moradores permanentes do Distrito Federal, como: Paranoá, Guará II, Recanto das Emas, Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga e Jardins Mangueiral.

Também foram feitas duas tentativas de visitas ao Ministério do Turismo, sem sucesso no acesso às informações necessárias por questões burocráticas. E uma visita foi feita ao Centro de Atendimento ao Turista de Brasília que se encontrava desativado. Dessa forma, a coleta dos dados foi voltada ao IPHAN e ao ARPDF. A visita ao Arquivo Público do Distrito Federal possibilitou a coleta de dados iconográficos, imagens e um documento referente ao depoimento de Oscar Niemeyer do Programa de História Oral.

Para a elaboração dos Mapas 1 e 2 os procedimentos foram: pesquisar quais os lugares e monumentos foram tombadas pelo IPHAN e SUPHAC. Após a localização desses pontos, os mesmo foram marcados e delimitados no Google Earth para gerar informações em KML. Como principal ferramenta para a elaboração dos layouts dos mapas, foi utilizado o programa Quantum Gis.

2. REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA URBANA

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar os principais conceitos que abrangem o trabalho, no intuito de analisar Brasília como exemplo de cidade moderna e de cidade patrimônio nacional e mundial. Além de entender o território produzido enquanto registros das ações humanas.

2.1 IMAGEM, IMAGINÁRIO E TERRITÓRIOS URBANOS

Constantemente, estamos em contato direto e indireto com os objetos que estão ao nosso redor e, dependendo das interpretações e do contexto desses objetos podemos formar imagens, que por meio da percepção envolve o nosso pensamento, e conseqüentemente, forma nosso imaginário. Isto é algo que acontece de forma distinta para cada indivíduo, assim, o imaginário também pode formar as imagens de algo, principalmente, por meio do discurso.

Segundo as definições de Laplantine (2003), as imagens são produtos de informações contidas em pensamentos, elas estão presentes tanto no campo empírico, quanto no visual e necessariamente precisam de referências em informações concretas (realidade percebida). Quanto ao imaginário, o autor define como produto das imagens. Portanto, entende-se o imaginário como uma relação de sentimentos (emoções e afetividade), que supõe uma tradução simbólica e mobilizadora da imaginação social. Dessa forma, assim como a imagem, o imaginário perpassa os limites do real, onde o homem e a sociedade têm autonomia na sua produção, além disso, o imaginário está associado às condições sociais no qual o sujeito está envolvido.

Nessa perspectiva, tudo aquilo que realmente existe (a realidade) independe de significados para sua existência, porém a realidade caracteriza os objetos de acordo com seu contexto histórico. Dessa forma, a realidade como algo dado, sem significações, pode ser algo passível de interpretação em quaisquer formas. Essas interpretações surgem a partir das ideias fomentadas pela percepção da realidade que só é entendida como o real, ou seja, o real é extraído das ideias onde se permite a representação do empírico.

Para melhor elucidar sobre essas interpretações é necessária uma atenção especial sobre alguns conceitos. Ainda segundo Laplantine (2003), as imagens

também podem ser representadas por ícones, pois possuem semelhança ou analogia com seu objeto (assim como os desenhos e placas). O que representa o real em cada imagem são os símbolos e os signos, ou seja, o que ele representa, de fato. Para o autor, os símbolos, diferentes dos ícones, são dinâmicos e possibilitam múltiplas interpretações (abordagem que será tratado no segundo capítulo).

Os signos, segundo Ferrara (1988), possuem elementos caracterizados por sentidos e pensamentos, que são ao mesmo tempo singulares e simulacros do mundo. E todo código é uma representação desses signos. Para a autora, reconhecendo e identificando os signos e os códigos é possível “decodificar qualquer sistema”.

O conceito de imaginário em Karl Marx explica, através da noção de alienação, a autonomia das instituições econômicas ou religiosas como produto independentes das ações humanas, expressando as contradições reais entre o produtor e o produto que se passa a ser reificado. O imaginário seria, então, a solução fantasiosa das contradições reais (LAPLANTINE, 2003, p. 24).

Para Baczko (1985, p.296), a imaginação e o imaginário são atribuídos de forma errônea ao que se refere à política e ao meio social, onde essa atribuição é mediada pelos meios de comunicação. O autor relembra as manifestações que aconteceram na França, em Maio de 1968, onde os discursos promoveram vários sentidos nas palavras de efeito, com o objetivo de promover “ilusões, sonhos e símbolos”. Dessa forma, o autor afirma que nesse período esses símbolos estavam agregados na procura da própria identidade e coerência, promovendo o movimento das massas.

Este simbolismo concentra numa totalidade e recordações de ter vivido um sentimento de libertação relativamente a pesados constrangimentos quotidianos bem como as expectativas, muitas vezes latentes e imprecisas, de que essa ruptura se perpetue em situação ‘normal’, ‘não imaginativa’. (BACZKO, 1985. p. 296/7)

No contexto social, Orlandi (1994, p. 56) traz a ideia do imaginário na formação das relações sociais por meio do discurso, onde permite a significação e posição do sujeito, assim como: “a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um presidente, etc.” Outra questão importante é a interpretação dos símbolos, onde a

autora critica a falta de contextualização com a espessura e a materialidade do objeto abordado, negligenciando sua identidade.

É por meio do imaginário que a sociedade busca sua identidade e objetivos, e busca por em expressões e utopias, que advém por meio dos símbolos. Além disso, o imaginário traça uma vertente entre o poder e a política juntamente com os interesses sociais e as ideologias. “O imaginário possui função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político, existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas” (SERBENA, 2003, p.5).

Nessa perspectiva, desde a ideia de sua criação, Brasília se expressava na imagem de um Novo Brasil. Segundo James Holston (1993, p.24), essa ideia representava “a mitologia do Novo Mundo (...) como um instrumento de desenvolvimento político e econômico”. No entanto, o plano da construção de uma nova Capital só foi posto em prática no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960).

A campanha e o discurso de Juscelino Kubitschek para por em prática a ideia de uma nova capital brasileira foram recheados de simbologias e mitos, que lhe acrescentaram mais credibilidade e adeptos. Segundo Holston (1993, p. 201), a celebração de uma missa, por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, no dia 3 de maio de 1957, que marcava a fundação de Brasília, estava simbolicamente vinculada a Primeira Missa de Pedro Álvares Cabral, também no dia 3 de maio, em 1500. Neste sentido, essa analogia histórica relacionada à fundação da Nova Capital brasileira visava “estabelecer uma soberania irradiadora, como o meio para consolidar, civilizar e povoar seu país-continente”.

Outra simbologia interpretada por Holston (1993, p. 201) em relação às empreitadas do presidente Juscelino Kubitschek está na sua comparação com Tomé de Souza (primeiro governador-geral do Brasil), onde ambos tiveram visões de um projeto de desenvolvimento. “Na verdade, os dois governantes chegaram antes das populações para as quais construíram suas cidades, e ambos prepararam modelos para suas respectivas ‘pólis’ antes que estas tivessem cidadãos organizados conforme tais modelos”.

Ainda tinha quem acreditasse que a escolha do local da construção da nova Capital, se deu através de uma profecia de um santo italiano, Giovanni Melchior

Bosco (Dom Bosco), que relata ter sonhado com o surgimento da capital. No sonho de Dom Bosco, a construção da capital ocorreria antes que a segunda geração acabasse, e estaria localizada entre os paralelos 15 e 20, entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico, está é a localização exata da instalação de Brasília (COUTO, 2009). Alguns anúncios foram promovidos na época, legitimando essas simbologias:

Outras analogias históricas comuns nesses anúncios incluem 'Brasília realiza o sonho de Dom Bosco' e 'completada a descoberta do Brasil'. No estilo do teimoso otimismo de Kubitschek com relação ao progresso, esses dois tipos de legitimação (...) são complementares e não contraditórios. Enquanto um rompe com o passado e salta em direção ao futuro com a verdadeira realização das promessas iniciais do Brasil, que os anos anteriores não haviam conseguido concretizar. (HOLSTON, 1993, p. 208)

Vários pesquisadores reconheceram as funções estratégicas que tal imaginação pode acarretar na vida coletiva e no exercício do poder (principalmente o político). Na segunda metade do século XIX houve a intervenção científica que traria a “tradição intelectual”, onde se pretendia dar mais *realidade* e *veracidade* àqueles símbolos e suas ilusões. Dessa forma, a ciência aparece como reveladora dos fatos, mas provoca uma confusão em relação à maneira com que eram abordados os fatos, pois eles costumavam construir os agentes sociais, deformando a realidade (BACZKO, 1985).

Para Baczko (1985, p.2), outra referência para o equívoco associado à imaginação são as ciências humanas, onde se tornou *moda* falar sobre termos social e coletivo ao que se remete a mudanças sociais em *slogans*. A questão da *moda* em relação à *imaginação social* se perpassa em um contexto de um “concurso de circunstâncias” ligado a ao ritmo, tendência e força. Essas classificações, segundo o autor, podem revelar mudanças significativas ou ser um “fenômeno passageiro”.

No período da construção de Brasília, a mídia teve um papel importante para sua legitimação. No processo de “recrutamento”, que foi uma campanha nacional que o presidente Juscelino Kubitschek promoveu por meio dos principais meios de comunicação da época (imprensa, rádio e televisão), a mídia foi fundamental para chamar pessoas para trabalhar na construção de Brasília.

A campanha de recrutamento centrou-se na popularização da construção de Brasília como um meio de forjar uma nova identidade nacional. Transmitida em rede para todo país, como um evento de mídia, essa campanha tinha como foco um apelo a brasileiros de todas as regiões e origens sociais para que participassem de uma obra pública destinada a forjar a integração social (HOLSTON, 1993, p. 206/207).

Essa campanha, segundo Holston (1993, p. 207) trouxe o “entusiasmo pela capital”, e foi considerado como o principal símbolo de desenvolvimento do país. A mídia por sua vez promovia Brasília em vários aspectos, mas também anunciavam empresas que contribuíram na construção da capital. Holston (1993, p. 208) descreve alguns exemplos de anúncios e slogans de jornais e revistas que promoviam essas empresas: “‘Aqui começa um novo Brasil’ – Explosivos Rupturita S. A (indústria de explosivos; ‘Brasília: A alvorada de uma nova era – Bimetal Brasil’; ‘O marco decisivo no progresso nacional – Mercedes-Benz do Brasil’ e ‘Brasília: Um novo caminho – Cobrasma S.A.’”

Até mesmo o formato que Brasília tem em seu território, o avião, também é um símbolo que inferia na época a ideia de um país que estava saindo das bases econômicas “atrasadas” e decolando para a modernidade, demonstrando também seu poder. (ver figura 1) Além disso, todo o território de Brasília foi pensado e planejado: suas ruas, quadras, o comércio, tornando Brasília neste sentido singular.

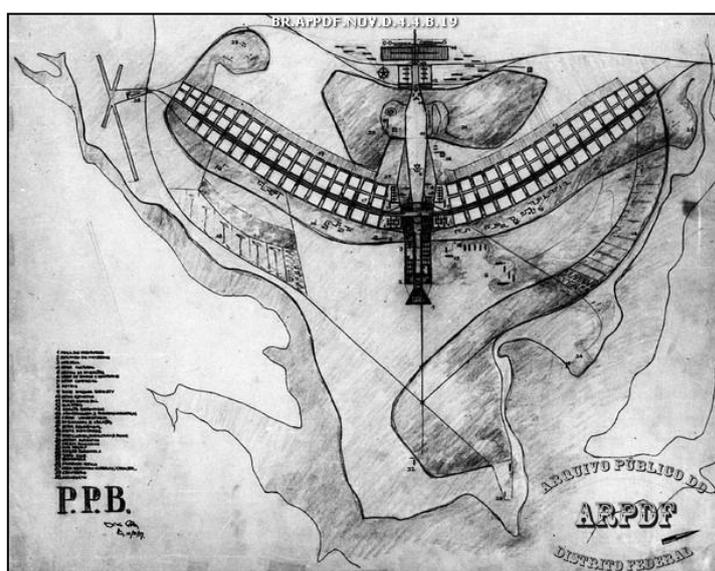


Figura 1: Projeto para Plano Piloto de Brasília, desenhado por Lúcio Costa. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (1972).

(...) a forma como os eixos foram utilizados como estrutura para a rede viária e para a disposição por zonas contribuiu igualmente para fazer de Brasília um exemplo único. No sentido leste-oeste, o Eixo Monumental, a espinha dorsal da cidade, abriga funções administrativas e atividades do domínio público. Perpendicular a este, com sua configuração ligeiramente curva adaptando-se a topografia do terreno, o Eixo Rodoviário Residencial, se destina ao desenvolvimento da vida privada e na interseção de ambos, as atividades mistas são predominantes. Ao longo de toda a extensão do Eixo Rodoviário Residencial, ou seja, nas asas do Plano Piloto, a malha é composta pela distribuição ordenada de blocos, formando uma fila dupla. (CASTRO e NASCIMENTO, 2003, p. 14)

As analogias vinculadas a Brasília também estavam ligadas às imagens dos trabalhadores recrutados, ou como afirma Holston (1993, p. 209) os “bandeirantes do século XX”, contando também com o pronunciamento de empresas que promoviam essa imagem: “Eternit saúda os bravos bandeirantes que com sua coragem e sacrifício estabelecerem as fundações da mais moderna cidade do mundo, provando a grande capacidade técnica e a criatividade do povo brasileiro”.

No processo de “recrutamento” os bandeirantes foram divididos em dois grupos de trabalhadores, os pioneiros e os “candangos” (*ver foto 1*). Os pioneiros eram considerados os primeiros, os profissionais qualificados, comerciantes e agricultores. Já os candangos eram vistos como o oposto dos pioneiros, com pouca ou nenhuma instrução, entendido por Holston (1993, p. 209) como um insulto e algo depreciativo, que muitas vezes passava a imagem de pessoas “sem qualidade, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa”.

A etimologia desta palavra condensa uma boa parcela da história das relações de classe luso-africanas e luso-brasileiras, antes de ter passado por uma fundamental, mas breve redefinição no curso da construção de Brasília. Segundo a maior parte das autoridades, é uma corrupção de *candongo*, uma palavra da língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudoeste de Angola. Era o termo pelo qual os africanos se referiam, pejorativamente, aos colonizadores portugueses. Como tal, veio ao Novo Mundo, com os escravos angolanos. No Brasil, aparece primeiramente nas plantações de cana-de-açúcar do Nordeste, onde os escravos a empregavam dirrisoriamente com relação a seus senhores portugueses e, mais tarde, brasileiros. (HOLSTON, 1993, p. 209)

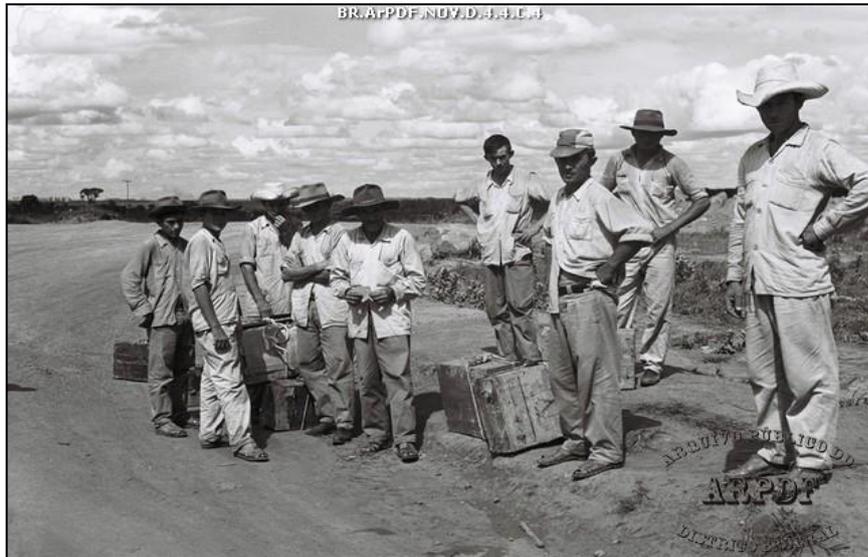


Foto 1: Grupo de homens chegando a Brasília-DF “Candangos”. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (1959).

Inicialmente vistos como “homem comum”, os candangos foram considerados os reais construtores de Brasília, denominados como “titãs anônimos”. Todavia, a imagem se inverteu e os candangos foram vistos como operários pobres e sem instrução que sofreram uma depreciação de sua imagem, por parte das elites locais (pioneiros).

2.2. A LEITURA DO TERRITÓRIO URBANO

O espaço é a categoria suprema da análise geográfica, e o território faz parte de uma subcategoria espacial. Obviamente, o espaço e o território não são equivalentes, pois possuem categorias de análise distintas, assim como: a paisagem, a região e o lugar (Raffestin, 1993).

A análise do território é ampla e diversificada, entretanto sua leitura não deve ser dissociada do espaço geográfico. Segundo Milton Santos (1996), a configuração territorial é classificada como a materialização, ou como um conjunto de complexos naturais e sociais. Com o passar do tempo a configuração territorial se modifica, fato identificado nas obras e ações humanas.

Nessa perspectiva, Raffestin (1993, p.143/144), parafraseando Lefebvre, considera que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Dessa forma, entende-se o território como estratégias, ações e representações no espaço para uma disputa entre sujeitos, sendo possível identificar várias formas do poder.

Uma característica utilizada e redirecionada na construção do poder são as imagens. Para Raffestin (1993), essa prática de uso das imagens como instrumento de poder é muito antiga, a exemplo disto o autor cita a cartografia moderna, onde a representação do espaço se traduz em um jogo, mantendo-se as relações de poder e as necessidades de um governo inquestionável.

As 'imagens' territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' o território (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Outra questão importante a ser analisada no território são as técnicas, que o caracteriza de acordo com o tempo e o espaço. Para Santos (1994, p. 50), “a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica (...)”, esses objetos técnicos passam a representar um sistema de realizações e funcionalidades, que para o autor estão cada vez mais especializados, promovendo uma “hegemonia” dentro da sociedade, e principalmente nas cidades.

Para Souza (1999, p. 4), a técnica advém do trabalho e a cidade é o lugar de acumulação do trabalho. As constantes transformações que as técnicas condicionam a cidade promovem uma *deshistoricização* e uma *desterritorialização*, pois essas transformações acompanham a vida do consumidor, sem levar em consideração a vida do cidadão. “[...] entre a técnica que dá ritmo ao tempo e acelera a duração e o fato cultural se interpõe o sujeito, corpo e alma, imaginação sensível.”

O modo histórico do processo de urbanização de um país se remete ao tipo de colonização. Dessa forma, todo o contexto histórico de uma determinada cidade tem uma raiz de significados determinantes e singulares. Para Costa (2013), essas raízes têm relações de poder impressos nos territórios, principalmente nas formas arquitetônicas (grandes monumentos, obras elaboradas com metais preciosos). Neste sentido, o Brasil, que foi uma colônia de exploração portuguesa (1500-1822) concentrou suas estruturas urbanas predominantemente no litoral, na perspectiva de

uma possível transferência da capital para o interior do país, desde o século XVIII – ainda no período colonial - o objetivo principal, segundo Holston (1993, p. 24), era “povoar, desenvolver e assegurar a posse do vasto sertão brasileiro”.

Durante o programa direcionado ao desenvolvimento do país, Juscelino Kubitschek fez vários projetos que transformaram a configuração do território nacional, como: a instalação de novas indústrias, construção de novas estradas e até mesmo Brasília. Assim como afirmam os autores Costa e Peluso (2013, p. 4), “Brasília contextualiza-se com o alavancamento industrial nacional (naval, siderúrgica, petrolífera e, especialmente, *automobilística*, juntamente com o deslindamento dos bens de produção).”

Segundo Santos (1996), onde ele concorda com Baudrillard no que diz respeito aos automóveis como um dos principais signos que marcam o nosso tempo. Os automóveis também representam um elemento importante para a produção do imaginário, na repercussão no cotidiano do homem e na redefinição do espaço social.

As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse. Os homens acabam considerando o automóvel como indispensável e esse dado psicológico torna-se um dado da realidade vivida. Ilusão ou certeza, o automóvel fortalece no seu possuídos a ideia de liberdade no movimento, dando-lhe o sentimento de ganhar tempo, de não perder um minuto, neste século da velocidade e da pressa (SANTOS, 1996, p. 66).

A escolha de implantar a nova Capital no Centro do país promoveu, além dos fluxos migratórios, uma dinâmica nos fluxos das redes para a produção espacial, assim como afirmam Costa e Steinke (2014, p.22), “o poder do desenvolvimentismo jusceliniano assentado na circulação e na energia tinha como pressuposto a indústria automobilística emergente”.

Simbolicamente, Brasília está ligada ao poder do Estado, relacionado às estratégias espaciais, voltado para um maior controle territorial. O Plano de Metas de JK promoveu o que os autores Costa e Steinke (2014) chamam de “poder tentacular”, que se refere às estratégias que o governo estabeleceu para integrar todo o território nacional aos demais estados brasileiros, ou seja, Brasília como centro do poder.

O Plano de Metas favorecedor de um poder tentacular cuja meta-síntese foi Brasília operacionalizou o *slogan* da campanha

presidencial: “fazer o Brasil caminhar cinqüenta anos em cinco”, ratificando a *ideologia espacial* que afirma esta nação, implantando hidrelétricas, estradas, siderúrgicas, refinarias, estaleiros navais, açudes, grandes e diversificadas indústrias – automobilística, de construção naval, de material pesado, de autopeças e outras (COSTA e STEINKE, 2014, p.16/17).

Assim, a relação do sujeito com o mundo é considerado por Orlandi (1994, p. 56) como uma ideologia, vista como o imaginário condicionando a sua existência. “No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem (...). A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa condição.”

A ideologia é algo que está presente em todas as realidades sociais e que pode ser intencional ou não. Porém, levando em consideração a sua intencionalidade, a ideologia está intimamente ligada à mídia e envolvida com o poder. Portanto, é importante entender o papel do discurso para compreender a dinâmica social, no processo de formação ideológica. Segundo Serbena (2003), a ideologia racionaliza o discurso, onde muitas vezes busca aspectos utópicos e modelos, afim de “manipular” uma organização social. Outro aspecto importante que o autor aborda sobre a ideologia é sobre sua função sobre o imaginário, que legitima a necessidade dos sentidos por meios dos símbolos, das fantasias, sonhos e até mesmo dos mitos.

Deste modo, as projeções do imaginário por meio dos símbolos modelam condutas e previsões de mundo na sociedade. Brasília, compreendida em seus vários símbolos, buscava aceitação da população e principalmente o “recrutamento” de trabalhadores para erguer a nova capital. Essa não era apenas uma estratégia ideológica, mas também uma estratégia (enfrentamento) política, que se fez necessário para uma configuração de novas mudanças sociais e principalmente políticas. Assim, o imaginário tem grande importância na compreensão do mundo social, pois ele indica quais as intenções no meio social, no campo político e no exercício do poder em qualquer escala. (SERBENA, 2003)

Entender a dinâmica da cidade requer uma leitura de seu território. No caso de Brasília, vários territórios foram formados a partir de sua construção (conhecidas atualmente como Regiões Administrativas do Distrito Federal). Essa leitura vai além da interpretação do que está sublinhada na paisagem, ela está na arquitetura, nas

divisões territoriais, na sua realidade utópica e principalmente na sua concepção histórica.

Para Ferrara (1988, p.8), toda e qualquer prática social está ligada a significações que correspondem a características de uma determinada classe social assim como: tipos de vestimentas, locomoção, marcas de consumo. Segundo a autora, “(...) toda prática humana é cultural e, necessariamente, representativa, ou seja, esta representação concretiza nossos próprios pensamentos”.

Uma prática social que representa uma sociedade moderna é a cidade, onde também é classificado por Buitoni (2013, p.51) como “a imagem gráfica da nação”, ou até mesmo o “espelho do mundo”. É nas estruturas urbanas da cidade que os signos estão repletos de significados que permitem a denotação das linguagens, e possibilitam principalmente a sua interpretação (arquitetura, publicidade, moda, rádio, televisão).

Essas estruturas evidenciam ainda mais a não linearidade espacial, onde há uma recorrência por um espaço inter-relacionado e dominado pelo “pluriespaço”, que geram relações diferenciadas pela técnica e pelo tempo. Assim, o “pluriespaço” está vinculado também com o processo de urbanização e ao avanço da tecnologia, “decorrentes do processo de Industrialização”, tornando a vida “veloz, fragmentada, simultânea, antitemporal e antilinear” (Ferrara 1988, p. 12).

A leitura do espaço urbano é cada vez mais complexa, visto que suas estruturas e significados acompanham o ritmo da vida contemporânea, um ritmo acelerado e em constante mutação. Para os autores Costa e Steinke (2012, p.3), esse ritmo se dá por um controle territorial que acontece por meio da universalização das coisas, onde prevalece o domínio do simbólico (ordem social) entendido como “efeito de normatização” desempenhado por agentes hegemônicos.

Essas relações universalizadas têm como objetivo a busca por universalizar os lugares. Essas relações recriam particularidades, ao modo que “o pensamento essencial que organiza os territórios de identidade e da natureza opera em todas as facetas das relações, em todos os universos sociais [...]” (Costa e Steinke, 2012 p.3). Assim novos sentidos figurativos são designados à linguagem, que são formados pela busca da universalização dos lugares, como exemplo as cidades denominadas “Patrimônio da Humanidade”, que é o caso de Brasília.

[...] impondo ao mundo todo, determinadas categorias de percepção e representação, os atores promotores de políticas públicas refazem o mundo à sua imagem, como uma colonização mental que se opera por meio da difusão de categorias e representações produzidas em um processo e luta econômico-simbólica [...] (COSTA e STEINKE, 2012, p.3).

Portanto, a leitura da cidade se dá pela análise do território e por sua configuração e operação. Brasília, enquanto território forjado por interesses socioeconômicos e territoriais, expressa por meio de símbolos uma centralização do poder político no Brasil. Essa organização simbólica em Brasília promoveu, durante sua construção, vários imaginários sobre a tão sonhada capital, por meio de discursos repletos de signos. Essa representação, também desencadeou uma refuncionalização dos significados de Brasília, tornando seus símbolos parte de objetos universalizados.

Além da interpretação da configuração territorial, compreender as imagens e o imaginário das substâncias que configuram a paisagem da cidade, em um determinado contexto, é de grande importância, pois a cultura de uma determinada sociedade pode ser entendida pelos códigos que estão intrínsecos em seu território.

3. A FUNÇÃO DOS SÍMBOLOS PATRIMONIAIS URBANOS NO PERÍODO TÉCNICO – CIENTÍFICO – INFORMACIONAL

Os símbolos estão contidos em todas as paisagens, mas seus significados podem passar por despercebido. Nelas paisagens urbanas muitas vezes os símbolos remetem a normas, valores e segregações, justamente pelos componentes que nela estão, intencionalmente, representados. É no espaço urbano que podemos observar a abundância de simbologias, pois é na cidade que encontramos o acúmulo de técnicas, trabalhos, vidas e intencionalidades.

Segundo Cosgrove (1998, p.113), os símbolos estão na organização do espaço e permitem a transmissão de um conjunto de valores. Alguns aspectos simbólicos são singelos, outros demonstram as verdadeiras intenções de seus criadores, principalmente no que diz respeito ao “controle social e moral”. O poder contido nos símbolos culturais revela a imagem da realidade de um determinado lugar, assim como a “geometria” aplicada nas cidades:

É instrutivo observar quão historicamente consistente tem sido o uso de formas racionais, geométricas, no plano das cidades: sistemas de vias em círculos, quadrados ou em tabuleiros de xadrez são recorrentes. Tal geometria é radicalmente diferentes curvas e ondulações da paisagem natural. Representa a razão humana, o poder do intelecto (COSGROVE, 1998, p. 113).

Como exemplo de tais características descritas pelo autor, temos Brasília considerada simbolicamente por muitos autores, entre eles Miranda (1985), como a “Capital da Esperança”. Construída como um plano de governo ideal, alternativo e singular, Brasília carrega em sua paisagem planejada um projeto que contém modelos de ruas e localizações específicas. O padrão de suas ruas, monumentos, edificações e estruturas urbanas impõem simbolicamente o centralismo do poder nacional. Os simbolismos contidos em sua paisagem são constantemente reproduzidos por meio dos seus monumentos e eventos políticos, com o objetivo de enaltecer sua função social.

Do ponto de vista histórico, Brasília e suas estruturas simbólicas de poder e representação social já foram palco de inúmeras manifestações políticas. Como exemplo dessa utilização simbólica das estruturas urbanas na Capital Federal, tem-

se o *Movimento Diretas Já!* (ver foto 2) e as *Jornadas de Junho* (ver foto 3), onde a população ocupa em Brasília os lugares que simbolizam os desejos do povo.

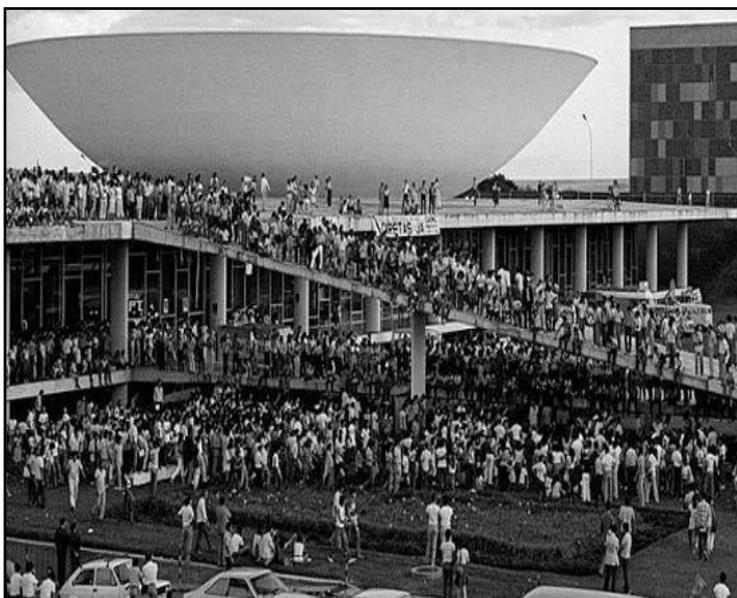


Foto 2: “**Grito de Brasília para as Diretas Já**”. Ocupação do Congresso Nacional em uma das maiores manifestações populares do Brasil (1983-1984). Fonte: Agência de Notícias, UniCeUB.

Foto 3: **Jornadas de Junho**. Ocupação do Congresso Nacional nas manifestações de Junho de 2013. Fonte: Contas Abertas.



Para Bourdieu (2007), o simbolismo é considerado como um poder sutil ou invisível. O poder simbólico é considerado pelo autor como um instrumento do conhecimento e de comunicação dentro de um sistema bem estruturado. As funções sociais são reproduzidas de forma ordenada e integrada à lógica e a moral.

O domínio dos símbolos por meio das classes dominantes tem como apoio as ideologias, que servem a interesses particulares, mas com uma “máscara” que visa demonstrar interesses universais e coletivos. Os efeitos dessas ideologias produzem

distinções culturais, unidas e separadas, que segregam todas as outras culturas, considerando-as como sub-cultura. Este é o caso dos “candangos”, que tiveram suas origens e cultura desconsideradas no processo da construção de Brasília.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2007, p.10).

O conhecimento, a comunicação e o discurso são fortes instrumentos para a dominação, e possuem mais força no âmbito político. O uso dos “sistemas simbólicos” serve como ferramenta para assegurar o domínio de uma classe, essa ação é classificada por Bourdieu (2007) como uma “violência simbólica”. Essa “violência simbólica” é descrita pelo autor como um poder invisível e muitas vezes ignorado, e que fomenta a existência de outros poderes e ações. Esse poder invisível descrito por Bourdieu (2007) se configura por meio de instrumentos de conhecimento, que estão presentes nos “sistemas simbólicos”, assim como a língua, as artes e as religiões, que constroem realidades conforme o tempo e o espaço.

Assim os símbolos são fomentadores para a integração e a ordem social, além de representarem a realidade do mundo. Toda ação humana envolve interesses, em qualquer escala sempre haverá uma ideologia na tomada de decisões. Este fato não é diferente quando consideramos a luta de classes, onde os interesses se reproduzem simbolicamente em todas as posições sociais.

3.1 A SIMBOLOGIA CAPITALISTA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Para melhor elucidar sobre essas questões faz-se necessário trazer em discussão a questão das técnicas e do trabalho, pois para compreender as questões patrimoniais no meio urbano, no período técnico–científico–informacional, essas questões são imprescindíveis.

No passado, houve um rompimento na relação entre o homem e a natureza. Isso ocorreu a partir do momento em que homem parou de usar apenas o

necessário para sua sobrevivência e passou a acumular. A natureza, então, passou a ser apenas fonte de recursos naturais para as atividades econômicas. “Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza”. (SANTOS, 2008, p.17)

O saber adquirido para a transformação do espaço denomina-se como técnica. A técnica, segundo Santos (2008), é um fenômeno que sempre deixou marcas das ações humanas na Terra. A cada período de renovação tecnológica, novas relações de trabalho se desenvolvem, ou seja, o trabalho está diretamente relacionado com as técnicas. O trabalho, por sua vez, pode ser considerado, em meio as suas múltiplas definições, como um conjunto de técnicas, formando um organismo sistemático.

As técnicas, cada vez mais avançadas, estão organizadas através de suas funções por meio do trabalho. O trabalho é um conjunto de técnicas que desempenham uma determinada função, alcançando assim objetivos econômicos, de produção, quantidade, tempo, etc. (...) Levando em consideração os fatores geográficos, o espaço está diretamente ligado aos recursos naturais que o homem se apropria e modifica de acordo com suas necessidades (ALMEIDA, 2015, p.5).

No processo de transformação da natureza sempre se fez necessário a utilização de ferramentas para a otimização do trabalho. E para Santos (2002, p. 214) “a natureza se transforma pela produção e não há produção sem instrumentos de trabalho”. Dessa forma, o homem passou a necessitar de mais recursos e, conseqüentemente, de mais “instrumentos de trabalho”. Assim, homem passou a produzir em grandes escalas, e para isso foi necessário uma organização social, fundamental para o cumprimento dos objetivos coletivos. Essa organização, segundo Santos (1990), determina um comportamento disciplinar e uma rotina ao trabalhador.

No decorrer do tempo, as necessidades humanas ficaram cada vez mais complexas e em conseqüência a este fato houve um aumento na demanda por funções no trabalho. Desse modo, dentro do grupo de trabalho houve uma redistribuição e uma diminuição das funções de cada indivíduo. Esse rearranjo das atividades foi uma estratégia para otimizar o tempo, aumentar e diversificar a produção. Formando-se, então, um processo cada vez mais sistemático.

A história nos dispõe vários exemplos dessa organização das atividades do trabalho e da produção do espaço, assim como: o avanço das navegações e comércio ao fim do século XV; a primeira Revolução Industrial, que marcou o início do uso de máquinas a vapor; a segunda Revolução Industrial, marcada pelo início do uso de energia elétrica, do uso do petróleo, da locomotiva a vapor, a produção de produtos químicos, a criação de estradas de ferro, a criação dos bancos, etc (ALMEIDA, 2015, p.6).

Com a otimização das forças produtivas, por meio da substituição da força humana pela força das máquinas, o homem transformou a maneira de organizar-se no espaço e também mudou a configuração da natureza. Assim como afirma Santos (2002), não há muitos resquícios de natureza bruta, em que o homem nunca tenha tocado ou alterado, ou seja, a maior parte da natureza já foi modificada e alterada pelas ações humanas.

Atualmente, podemos considerar que nossas técnicas dependem muito das tecnologias ou/e das ciências. Esses elementos técnicos são perceptíveis na maioria das produções econômicas do mundo. São produtos variáveis, como: os cosméticos, produtos alimentícios, vestimentas, calçados, automóveis, eletrodomésticos, que dependem da tecnologia e da ciência para serem produzidos em grandes escalas. Com exceção dos produtos produzidos de formas alternativas, como exemplo os alimentos orgânicos, todas as formas de produção mundial são altamente tecnificada, e alguns até alterados geneticamente, que é o caso dos alimentos transgênicos dos organismos geneticamente modificados.

Com as técnicas mais avançadas e o mercado tecnológico cada vez mais produtivo, as produções da área do conhecimento técnico passaram a ser banais. Onde em crítica, Santos (2008) afirma que todos os dias acordamos mais ignorantes e que o homem não pode sequer entender a totalidade que o envolve, vivemos em um mundo cada vez mais abstrato.

A explicação encontrada para esse modo de produção está na lógica capitalista de oferta e demanda dos produtos e serviços. Outro motivo é a velocidade em que a humanidade vem consumindo os produtos industrializados, cada vez mais diversificados. Essa velocidade está também na forma com que os produtos são distribuídos e comercializados, formando uma dualidade entre a oportunidade e a capacidade de compra, de cada indivíduo. A mídia e o marketing também têm um papel importante para essa condição do consumo, onde concorda-se com Cearteau

O efeito da estrada, mesmo em asfalto, não se fez esperar: pelas estatísticas do IBGE, ao longo da rodovia Belém-Pará já se formavam centenas de núcleos populacionais, ao todo mais de 300.000 pessoas, dedicadas ao trabalho da terra, cuja produção foi calculada em mais de 100 milhões de cruzeiros novos, além da criação de gado, que já ascendia a 15.000 cabeças. Sem falar nas minas de níquel, prospectadas no alto Tocantins. Em princípios de 1971, Belém-Brasília já havia atraído para suas margens perto de um milhão de pessoas, florescendo mais de cem pequenas cidades ou vilas (JOFFILY. 1977, p.59).

O trabalho e a velocidade estão diretamente ligados. Pois, assim como o trabalho, a velocidade em que as coisas acontecem também impõe ritmo às atividades humanas. A evolução técnica além de acelerar a transformação das coisas, também acelera a vida humana. Essa velocidade pode ser percebida em várias escalas, assim como na informação e no transporte. Antigamente, a comunicação e o transporte configuravam uma lentidão no processo da emissão de uma mensagem ou na entrega de algum objeto. Atualmente, a comunicação é praticamente instantânea, mas, claro, em determinadas situações e localidades; e o transporte permite travessias de cidades, estados, regiões, continentes e oceanos em pouco tempo, onde “o céu já não é mais o limite”.

Essa velocidade, ou “aceleração”, também pode ser percebida nas escalas do consumo, nas novas formas da utilização de energia, no aumento populacional, nas formas culturais, no crescimento urbano (novas cidades, novos condomínios, marginalização, periferias, conurbações). Sobre isso Santos (2008, p.28), nos ensina:

[...], sobretudo, causa próxima ou remota de tudo isso, a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer. A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge.

A fase da “aceleração” é marcada também pelas industrializações, por redes de transportes e comunicação, por uma economia central e globalizada, e também, como afirma Santos (2008), pela *simultaneidade*. A simultaneidade consiste na mundialização dos espaços que as técnicas conseguiram alcançar.

Na possibilidade de circulação das produções, as grandes corporações impõem suas condições às necessidades das localidades onde pretendem instalar-se. Desse modo, elas rompem alguns paradigmas, fornecem empregos, que não demandam muita instrução, mas em compensação a remuneração é a mínima possível.

Essa intervenção das empresas globais na dinâmica local das cidades produz e reproduz o espaço urbano. Podemos afirmar que, cada vez mais, as cidades são mundializadas, ou melhor, é nas cidades que o global acontece. Assim como afirma Santos (2008, p.121), “valores de usos são mais frequentes transformados em valores de trocas, ampliando a econominização da vida social, mudando a escala de valores culturais, favorecendo o processo de alienação de lugares e de homens”.

Portanto, o período-técnico-científico-informacional, classificado por Milton Santos, consiste na prática do desenvolvimento tecnológico, manipulação da natureza e na união entre as ciências e as técnicas. Os objetivos desses processos são em suma, a busca do mercado pelo espaço, e como consequência, a globalização das coisas. É importante ressaltar que essas transformações não ocorrem em todos os lugares de forma homogênea, e sim ao contrário, onde determinadas localidades são beneficiadas em detrimento de outras. Desse modo, o chamado “desenvolvimento” promove a desigualdade social e a valorização e desvalorização de determinadas áreas.

Mediante ao que já foi tratado, outro fator importante a ser discutido é a questão da vida humana. Percebe-se uma aceleração da vida concebida pelos meios técnicos, que é repleta de conflitos e, principalmente, cheia de riscos. Os riscos sempre existiram, mas com a globalização eles tomaram maiores proporções e contextos. Segundo Beck (1992), os riscos são democráticos em sua totalidade. Pois atingem todas as escalas territoriais sem respeitar quaisquer fronteiras. Ou seja, a sociedade industrial atingiu uma escala elevada de desenvolvimento, porém muitas lacunas não foram preenchidas, propiciando à sociedade condições de riscos a todo instante.

Dessa forma, Beck (1992) afirma que a ciência e a técnica não podem mais controlar os riscos proeminentes a sociedade. Esses riscos, segundo o autor, geram consequências graves para a saúde e segurança da vida humana. Por exemplo, os riscos de epidemias, riscos ecológicos, riscos por armas nucleares, riscos por perdas

de bens culturais, riscos de acidentes, riscos pela violência nas cidades, e outras infinitas possibilidades de riscos que a sociedade enfrenta.

Para Costa (2016, p. 28), os riscos são construídos socialmente, e a relação dicotômica entre a sociedade e a natureza prevalece como algo complexo ou, como afirma o autor, como “fenômenos ambientais politicamente fabricados”. Ou seja, a modernidade, provinda das técnicas e do trabalho, trouxe “avanços e retrocessos sociais históricos” ao modo de que existe uma distribuição e uma produção das riquezas e dos riscos, que se convertem em problemas.

O utopismo patrimonial existencialista afirma, pelo sujeito situado, em situação e mobilizado, a resistência e a duração do patrimônio em risco. Dentre inúmeros conteúdos dos riscos [no imaginário social ou vinculados à sua produção], destacam-se ideias de: aniquilamento, perdas, política, tecnologia, mercado, modernização e mesmo preservação. Esse utopismo, então, reconhece a possibilidade da preservação, na modernidade tardia, cuja produção de riqueza, na sociedade da escassez, é acompanhada pela produção social de riscos (COSTA, 2016, p.4).

E para a lógica do capitalismo os riscos oferecem lucro. A mídia, simbolicamente, propõe e exalta todos esses riscos que nos cercam (ver fotos 4 e 5). E para sanar o sentimento de impotência, criado e exaltado, o mercado oferece serviços de seguros de vida, planos de saúde, serviços funerários, segurança reforçada em domicílios, carros blindados, e entre outras atividades econômicas que legitimam a sociedade do risco.



Foto 4: **Outdoors sobre o risco da Dengue.** Fonte: O Regional.



Foto 5: **Propaganda de uma empresa que promove segurança.** Fonte: Agência Mídia.

Assim, a ideia sobre uma sociedade regida pelo medo, nos faz pensar nas incertezas contidas na vida humana. E principalmente, nas perdas materiais e imateriais que a evolução técnica proporciona. A necessidade da preservação, justificada por sua importância histórica e cultural é o modo de despertar o medo de uma ausência de referência em uma base sólida e histórica, que possivelmente estaria sendo cada vez mais degradada.

3.2 BRASÍLIA: A CIDADE SÍMBOLO DA MODERNIDADE

Tomando consciência das transformações feitas pelo homem no espaço, como algo contínuo e marcado por modos de produções distintos, podemos afirmar que a paisagem fica sublinhada com as ações humanas, por meio das suas estruturas técnicas formadas ao longo do tempo. Ou seja, o tempo marca a idade das técnicas, e as estruturas das cidades identificam essas marcas em contraposição com técnicas do passado e do presente. Santos (2002) define esse fenômeno espacial como “rugosidades”.

Portanto, as rugosidades são as formas “cristalizadas” do passado que fornecem informações sobre a divisão territorial, das técnicas e do trabalho de uma determinada localidade. São como arquivos de um passado e uma memória de um dado período histórico:

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2002, p.173).

As *rugosidades* revelam características peculiares de nossos antecedentes. Muitas vezes elas revelam uma imagem do desconhecido e, ao mesmo tempo, proporcionam uma aproximação com a revelação de uma identidade. Esse efeito é considerado por Choay (2006, p.205) como um espelho: “(...) em face dos edifícios e dos objetos que o uso cotidiano transformou em meio ambiente, familiar, presente desde sempre, as antiguidades funcionam como um espelho”.

Ainda em referência a Santos (2002), podemos considerar que as rugosidades presentes no espaço, além de ser um testemunho do passado em relação aos modos de produção, da divisão do trabalho e das estruturas, também reproduzem o imaginário e a consciência de si. Os símbolos dos lugares estabelecem processos que podem ser apreendidos pelo geógrafo, através da adoção de uma visão crítica.

Além das rugosidades, a memória também é capaz de fazer um rearranjo entre as formas do passado em oposição às do presente. O espaço reproduz a memória pelos símbolos que estão contidos na paisagem, e cada indivíduo tem uma percepção desses arranjos simbólicos de uma forma distinta, principalmente, no que diz respeito às transformações percebidas no tempo e no espaço.

Segundo o Dossiê de Candidatura (p.12), Brasília, a cidade monumental que já nasceu capital, apesar de ter sido criada recentemente, comparando com as outras capitais, possui raízes históricas. Pois, Brasília, estruturalmente, possui uma arquitetura moderna e simbólica conforme as ideologias de JK, porém “é preciso certificar-se que a ‘cidade nova’ é, na realidade, uma ‘cidade antiga’ no nosso pensamento político nacional; portanto, ela sempre foi uma “cidade histórica“ bem antes de ser uma realidade concreta e urbana”. (ver fotos 6 e 7)



Fotos 6: **Construção da Esplanada dos Ministérios (1956/1960).** Fonte: APDF.



Fotos 7: **Construção do Congresso Nacional (1956/1960).** Fonte: APDF.

A banalização das técnicas e as constantes transformações no território promoveram/desenvolveram o processo da perda das raízes de memória e o sentimento de pertencimento dos lugares. Os valores, as culturas e os costumes que estavam sendo perdidos intensificaram a ideia de uma necessidade pela preservação dos patrimônios (materiais e imateriais) às futuras gerações. “No solo desestabilizado de uma sociedade em processo de industrialização, o monumento

histórico parece lembrar aos membros dessa sociedade a glória de um gênio ameaçado” (Choay, 2006, p.206).

Neste contexto, podemos concluir que o modelo de produção que a maioria dos países adotam, o capitalismo, sempre acarretará na degradação e transformação da natureza e do espaço. E o pretexto para esse acontecimento é a busca pela modernização, incentivado pelas forças políticas e influências oligárquicas. É nesse contexto que Brasília foi planejada, em busca pela modernização do Brasil, tornando a nova capital o símbolo do desenvolvimento industrial.

A busca pela preservação e proteção do patrimônio enfrenta uma dualidade entre o real sentido desse enfrentamento, e a valorização das coisas em prol de um desenvolvimento integrado e sistematizado. Ou seja, ao mesmo tempo em que a preservação do patrimônio promove um suporte para a memória de uma civilização passada, ela também faz parte de um complexo sistema capitalista.

[...] o número de monumentos inscritos na lista do patrimônio mundial tende a se transformar num índice de prestígio internacional e a se tornar objeto de disputa, muitas vezes sem que os critérios de seleção dos bens patrimoniais sejam bem entendidos pelos países interessados (CHOAY, 2006, p.208).

Esses são alguns dos fatores responsáveis pela mercantilização da vida e das memórias na sociedade atual. Essa mercantilização está vinculada com a atividade turística. O turismo é um fenômeno recente e, segundo Costa (2010), uma prática social que depende das dinâmicas e estratégias, tanto do espaço quanto do território para se reproduzir. Essa relação entre a apropriação e a produção do espaço são resultados do trabalho humano, onde se atribui valores e significados às formas espaciais e costumes, com o intuito de valorizar e explorar o espaço.

Para Costa (2010, p.20), a definição de “valor” tem vários significados. Entre eles o valor de uso, valor de troca e o valor simbólico, que se trata do valor atribuído ao objeto por meio de uma intencionalidade. Nesse sentido, o valor simbólico em meio a uma abordagem do turismo, dispõe de uma “ultravaloração econômica dos lugares turísticos, (...) um adendo para se produzir marcos de distinção de novas mercadorias para a ‘indústria’ do turismo”. Nessa perspectiva Choay (2010, p. 207) afirma que a atribuição de valores simbólicos permitiu a expansão das práticas

patrimoniais. E esse marco, segundo Choay, tem data e endereço: “(...) Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da UNESCO”.

Em outra perspectiva à concepção de trabalho, Costa (2010) em referência a Marx, define o trabalho como mercadoria, e como algo que produz e transforma valores de acordo com a demanda dos bens produzidos. Na perspectiva da comercialização dos lugares da vida, por meio do turismo, podemos observar o enaltecimento dos patrimônios históricos por empreendimentos públicos e privados, e o trabalho voltado para as atividades do consumo cultural, das *rugosidades* e do espaço.

Essa prática de consumo das *rugosidades* pelo turismo é entendida como uma “refuncionalização” do “espaço produzido historicamente” (Costa, 2010, p.27). E segundo a lógica do trabalho humano, com salário, décimo terceiro, férias e folgas, há principalmente o tempo livre, que oferece uma ótima tendência para a possibilidade da atividade turística. “O trabalho, assim, escraviza o homem e não o liberta; o tempo livre para o lazer torna-se, pois, nesse contexto de *repressão laboral*, uma conquista a ser estabelecida e não um direito facilmente atingível.”

Dessa forma, com o avanço e transformações decorrentes do capitalismo, várias atividades são designadas ao turismo, que modifica e “articula os lugares com o mundo” (Costa, 2010). Em crítica a essa “exploração” das cidades históricas patrimoniais pelo turismo, Choay (2006) afirma que ocorre efeitos contrários e secundários, pois as atividades imobiliárias excluem a população financeiramente vulnerável, e a população restante dificilmente consegue manter “suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas”. Outra contradição, que a autora aborda é referente à preservação:

Além disso, em vez de contribuir para preservar as diferenças locais e conter a banalização primária do meio onde se vive, como esperavam os redatores da *Recomendação* de Nairóbi, a valorização dos centros antigos tende paradoxalmente a tornar-se instrumento de uma banalização secundária. Algumas cidades, assim como alguns bairros, resistem a isso, ajudados por sua dimensão, sua morfologia, suas atividades, pela força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades. Outras começam a se assemelhar tanto entre si que os turistas e empresas multinacionais nelas se sentem em casa (CHOAY, 2006, p.226).

Essa dupla relação da produção do espaço, influenciada pelo Estado e pelo mercado capitalista, submetem o espaço a novas condições, onde o indivíduo é cercado pela aceleração e por contradições. Assim, o ato de preservar é designado a quem? E para que serve? Em que medida a prática do turismo é democrática? Algumas indagações são necessárias para se compreender as dinâmicas nesse universo capitalista, onde diferentes fluxos de pessoas e capitais influenciam a criação de novos centros, na acumulação de capital. Portanto, o turismo seleciona os objetos e lugares a serem explorados turisticamente em detrimentos de outros.

Brasília intitulada pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade possui um roteiro turístico voltado apenas para o Plano Piloto. Inclusive outras áreas, vinculadas ao período da construção, que estão inseridas no sítio tombado não recebem a mesma atenção.

Neste sentido, temos outras Regiões Administrativas que também apresentam valores históricos e culturais que poderiam ser incluídas na rota do turismo da capital, a fim de valorizar essas áreas e desenvolver a atividade turística. Afinal foi para essas cidades que os reais construtores de Brasília foram realocados após o término da construção. Negar as cidades que fizeram parte da construção de Brasília é o mesmo que negar a identidade do território e negar a imagem dos reais edificadores da capital.

O pensamento dicotômico entre a preservação e a mercantilização das cidades turistificadas, estudado pelo autor Costa (2010), dispõe de vários argumentos para as causas e as consequências desses fatores, formando uma “dialética da construção destrutiva” dos lugares. Essa dialética trata-se de objetos e fenômenos que mesmo sendo diferentes são ligados e recíprocos e o entendimento da totalidade concreta seria justamente a percepção da dialética (real significado).

Outra questão importante a ser tratada é a questão da estética/imagem das coisas e das cidades históricas que segundo, Costa (2010), é o principal alvo para o turismo, onde as características variam em grau de valorização, cenarização ou banalização. Em crítica a este processo de turistificação das cidades, o autor considera que há uma negligência com os fatores históricos e culturais. Dessa forma, ocorre uma desvalorização e degradação cultural, por parte daqueles que produzem e consomem o turismo. (*ver foto 8 e 9*)



Foto 8 e 9: **Pequenos grupos de turistas em visita a Catedral de Brasília e a Esplanada dos Ministérios.** Fonte: Estephany, 2016.



Antes mesmo de Brasília ser tombada como patrimônio, levando em consideração o seu valor histórico e por ter sido palco de um plano desenvolvimentista nacional, a nova capital já era pensada como veículo promissor para o desenvolvimento do turismo na cidade monumental, assim como confirma as ideias de Joffily (1977, p.105):

O conjunto arquitetônico de Brasília seria capaz de despertar o interesse dos turistas estrangeiros desde que houvesse uma propaganda mais adequada e o oferecimento de outros atrativos, não apenas divertimentos e curiosidades locais, bem organizados, como uma exposição permanente dos principais valores culturais e econômicos de todo o Brasil, ilustrados com os modernos recursos de apresentação, de modo a compensar o afastamento dos roteiros turísticos tradicionais. Na verdade, o audacioso plano urbanístico de Brasília e sua arquitetura escultural podem ser vistos em apenas duas ou três horas e os palácios podem ser visitados em um ou dois dias faltando os atrativos complementares.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o turismo além de todas suas atividades voltadas para o mercado econômico, também reproduz a efemeridade. A busca acelerada no cotidiano também se reproduz no lazer cultural. A única memória gravada sobre o local visitado consta-se na fotografia, tirada sem o mínimo de contextualização. A fotografia antes complexa, na medida em que representava uma linguagem de expressão, atualmente representa a imagem do banal e reproduz o imaginário abstrato (HUMBERTO, 2000). Além disso, a fotografia também produz o desejo do contato com a realidade, a imagem banalizada e reproduzida traz a necessidade da desmistificação:

Toda desmistificação pode levar a uma outra desmistificação. A riqueza das revelações estéticas que esse tesouro, descoberto em sua insuspeitável proximidade, pode oferecer foi proclamada em alto e bom som, e logo apresentada, erroneamente, como à essência da obra de arte (CHOAY, 2006, p.230).

A contextualização da vida ocorre em instâncias, onde concorda-se com Baudrillard (1991) sobre superficialidade em que a publicidade se expressa. A sociedade está constantemente submersa a diferentes graus de publicidade momentânea, passageira e facilmente seduzida pelos conteúdos publicitários. Eles são estrategicamente usados para a manutenção do consumo. Desse modo, os lugares explorados pelo turismo dificilmente se apresentam com seus problemas sociais no pacote de visitação. Nas instâncias e na superficialidade em que a sociedade está contextualizada, dificilmente será possível que o indivíduo entenda os significados dos símbolos contidos nas paisagens e muito menos o entendimento da totalidade que o envolve.

Considerando também que todas as cidades possuem uma história singular e única, as cidades patrimônios se diferenciam pelos conjuntos simbólicos que são reproduzidos culturalmente. A promoção da imagem do patrimônio, viabilizada pela mídia, é entendida como a reinvenção do passado, como uma fonte de testemunhos e uma possibilidade de retratação coletiva do passado.

Levando em consideração tudo o que foi já abordado até agora, pode-se concluir que o espaço se comporta mediante as instâncias da sociedade, da economia, das culturas e das ideologias. E assim, cada instância reage de acordo com as necessidades da lógica capitalista e revelam um produto. Assim, analisar os

lugares turísticos, por meio da compreensão das contradições é possível compreender a lógica e a dinâmica entre os territórios (os movimentos).

Portanto, trazer a discussão sobre a imagem e o imaginário sobre Brasília remete à tentativa de analisar as contradições do território brasiliense. Brasília é constantemente homogeneizada em função do seu centralismo, e isso acontece pela constante valorização simbólica do Plano Piloto, que é onde se concentram os principais monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e chancelado UNESCO.

Entender Brasília em sua essência perpassa os limites de seus monumentos, de seus símbolos, representações sociais, políticas e econômicas. A análise sob a ótica de quem vive Brasília cotidianamente, comparando com os discursos e com a imagem vendida da capital fornece instrumentos para compreender a lógica e os significados das estruturas culturais e simbólicas em seu território.

O projeto Brasília, constituído como uma utopia da modernidade era também uma façanha do Estado nacional em busca de um projeto nacionalista que buscava o progresso como impulso para o domínio e descoberta de novos territórios. Brasília materializou-se pela audácia e ideologias de Juscelino Kubitschek e por sua expressão arquitetônica, que trazia o Brasil para o âmbito científico e tecnológico. Ou seja, Brasília carregou desde sua concepção a imagem e o imaginário de um novo Brasil.

As antigas capitais brasileiras foram criadas em um contexto de um Brasil com a base econômica voltada para a economia na exploração de recursos naturais e comércio marítimo. E sua localização propiciaria uma melhor gestão do patrimônio e do poder do estado mediante soberania oligárquica. Simbolicamente, dois eixos foram traçados no território no qual seria construída a nova capital (*ver foto 10*) formando uma cruz como afirma o autor Miranda (1985), ou como é conhecido Marco Zero de Brasília, onde atualmente localizam-se os Eixos Monumental e Rodoviário de Brasília.

Assim, segundo Lúcio Costa (*apud* BRAGA e FALCÃO, 1997, p.8), Brasília '*nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz*'. E foi a partir desses dois eixos principais, o rodoviário e o monumental, que a cidade se ramificou. Ela foi projetada em função de três escalas diferentes e complementares: a escala coletiva ou monumental, construída ao longo do eixo

leste/oeste e onde podemos destacar a Praça dos Três Poderes; a escala quotidiana ou residencial, ao longo dos eixos norte/sul, sob a forma de unidades de vizinhança, constituídas por superquadras dispostas em sequência, em ordem dupla. No entorno do cruzamento de ambos os eixos, encontramos a escala gregária ou concentrada, onde estão localizados os cinemas, os teatros e os centros de diversões.

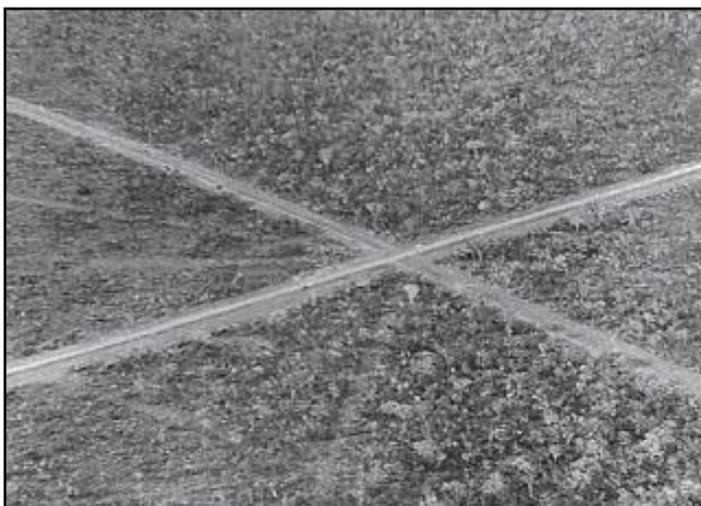


Foto 10: **Marco Zero de Brasília** – Cruzamento dos Eixos Rodoviários e Monumental (1957) – Foto de Mário Fontenelle.

Segundo Ribeiro (2008), o projeto que visava interiorizar o País foi considerado um processo cujas dimensões políticas foram levadas mais em consideração do que os fatores econômicos. Para o autor, a ideologia política da interiorização de uma parcela da população integraria o restante do país. Criando, assim, novas possibilidades econômicas viabilizadas pela integração.

O próximo capítulo abordará as principais concepções sobre Brasília no âmbito imagético e simbólico. Brasília por representar uma cidade moderna e desenvolvida, foi alvo de muitas críticas pelo fato de ter sido tombada. Afinal uma cidade modernista, precisa sempre mudar e ou se atualizar, sempre no contexto dos avanços técnicos. Brasília carregou desde sua concepção a imagem e o imaginário de um novo Brasil.

4. IMAGENS E IMAGINÁRIOS REPRODUZIDOS EM BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A ideologia de uma sociedade e o imaginário de um lugar perfeito, perante um sistema político e social totalmente equilibrado, ou uma visão de um futuro são considerados pensamentos *utópicos*. Brasília foi e é considerada como uma capital utópica. Essa definição representa e projeta Brasília simbolicamente.

4.1 A IMAGEM E O SÍMBOLO DE BRASÍLIA EM SUA PRÉ-CONCEPÇÃO

Muito antes de Brasília ser concebida, a ideia de uma capital no interior do país estava em voga ainda no período colonial. As antigas capitais (Salvador e Rio de Janeiro) foram estrategicamente criadas em um período em que o Brasil estava fortemente envolvido com o comércio marítimo. A ideia da construção de uma nova capital marcaria o início de uma nova era, a posse e o domínio de um território inexplorado e a integração do poder nacional.

Segundo Costa e Steinke (2014, p.5), as transformações no quadro político, nas formas de trabalho e produção são partes de um processo, que acontecem desde o Brasil República (1889-1930). Essas transformações também aconteceram nas classes sociais, onde “condições efetivas para o progresso assentado na industrialização, na urbanização e na europeização do país”, dizem os geógrafos.

Mas, a ideia de um Brasil novo e moderno veio como estratégia no governo de Getúlio Vargas (1930), que segundo Costa e Steinke (2014), era uma tentativa de uma nova regionalização para o novo território nacional. Vários foram os instrumentos que o Estado utilizou para coordenar as atividades de produção no país, dentre eles a criação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tinha como objetivo esclarecer a realidade de todo o território brasileiro em relação ao desenvolvimento do país:

[...] Nesse viés, a criação do IBGE é esclarecedora ao próprio Estado, quando divulga, por meio de suas primeiras pesquisas: desigualdades entre o Brasil do litoral e do interior; a fragilidade da indústria nacional; a incomunicabilidade pela debilidade das vias de circulação entre estados e regiões; o problema da insegurança das capitais litorâneas; a necessidade de uma nova localização da capital; os problemas atinentes ao campo (COSTA e STEINKE, 2014, p.6).

Foram várias as justificativas para mudança da capital: como a vulnerabilidade dos portos, a supostos ataques marítimos, e a dificuldade de se governar em um país cujas dimensões territoriais impossibilitavam a soberania oligárquica em todo território. Outro motivo para a transferência da capital era o povoamento e o desenvolvimento do restante do país. “Ao mesmo tempo, sustentavam que a mudança propiciaria a integração nacional ao estimular o desenvolvimento dos

recursos do interior, gerando eixos de crescimento econômico a partir do centro em direção aos mais longínquos pontos do país” (Holston, 1993, p.25).

Somente em 1891, a construção de uma nova capital brasileira saiu do campo das ideias e medidas concretas foram tomadas para a transferência da capital para o centro do país. Em 1892, uma comissão técnica foi enviada ao Centro-Oeste para explorar, delimitar, descrever, estudar e demarcar a área aonde a nova Capital iria se fixar. Essa comissão foi chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Luiz Ferdinand Cruls e ficou conhecida como Missão Cruls (*ver foto 11*), que foi composta por cerca de 22 membros com formações em diversas áreas do conhecimento. Os estudos do território duraram cerca de dois anos, resultando em um relatório.

Em 1920, um decreto foi assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa para iniciar a construção da capital. Esse presidente, também, foi o responsável por mandar colocar uma Pedra Fundamental (*ver foto 12*), localizada no Morro do Centenário, na atual Região Administrativa de Planaltina VI – DF. A pedra representa o sonho de Bom Bosco e as coordenadas centrais do país, e é composta por 33 pedras que representam os 33 anos do Brasil República (1889-1922). Simbolicamente, a Pedra Fundamental foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922, data em que foi comemorado os 100 anos da Independência do Brasil. Algum tempo depois, em 1955, o presidente Café Filho assinou outro decreto, que também designava a construção da capital.

Historicamente, as medidas tomadas para efetivar a construção da nova capital brasileira foram frequentemente adiadas. Esse posicionamento por parte das autoridades, segundo Holston (1993, p.25), caracterizava um período de incertezas no Brasil, pois havia riscos econômicos e a possibilidade das obras ficarem inacabadas ao fim do mandato presidencial. “(...) pois é um fato bastante conhecido na política brasileira que projetos de obras públicas que ficaram inacabadas ao fim de uma administração são mais provavelmente ridicularizados e abandonados pelo governo seguinte do que levado adiante.”



Foto 11: **Acampamento da Missão Cruls** (1892). Fonte: ARPDF.



Foto 12: **Obelisco da Pedra Fundamental**. Localizando no Morro do Centenário - Planaltina/ DF. Fonte: Estephany Almeida, 2015.

Somente na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira que a ideia de Brasília tomou força. Após ser eleito, os principais esforços de JK estavam voltados para a construção da nova capital brasileira. Os projetos de JK foram formulados dentro de um “Programa de Metas para o desenvolvimento do país”, que consistia em um conjunto de trinta objetivos para serem alcançados em seu mandato. Brasília foi considerada “meta-síntese”, ou o objetivo 31º, desse empreendimento desenvolvimentista:

Esse programa respondia às teorias de desenvolvimento, formuladas durante a década de 1950 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) e no Brasil pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Destacava a industrialização dirigida pelo Estado como o meio pelo qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar rápido crescimento econômico e uma posição mais vantajosa no comércio internacional. A versão de Kubitschek enfatizava o nacionalismo brasileiro, estabelecendo metas de desenvolvimento destinadas a impedir o país para além das barreiras do subdesenvolvimento (HOLSTON, 1993, p.25).

Audaciosamente, Juscelino Kubitschek lançou o *slogan* de campanha “50 anos em 5”, que representava 50 anos de progresso em 5 anos de realizações. Obviamente, a posição otimista de JK foi duramente julgada pela oposição. As

principais críticas estavam na incredibilidade em se construir uma nova capital do “zero”, na possibilidade das obras não serem finalizadas até o fim do mandato presidencial e na proporção dos gastos com esse investimento, que elevaria a inflação do país. Mas, sua campanha repleta de simbolismos estava voltada para conseguir o apoio da população, isso fez com que JK concluísse sua candidatura (Holston, 1993).

Além dos discursos voltados para a inserção da ideia de Brasília, Juscelino Kubitschek também investiu nas campanhas eleitorais em que envolviam os ideais desenvolvimentistas de Getúlio Vargas (*ver foto 13*), que segundo Miranda (1985, p.9) “serviu como bandeira de luta para os nacionalistas e virou, por acaso, a meta-síntese da pregação desenvolvimentista do presidente JK”. Alguns elementos foram estruturantes das ações que culminaram na nova Capital.

“[...] ideologicamente, o país estava deprimido pelo suicídio de Vargas, em 1954, o que criou um trauma na população e afetou a imagem do país como grande nação; por outro lado, em pouco tempo e sob o *slogan* dos cinquenta anos de desenvolvimento em cinco de governo, Kubitschek devolve a confiança e uma esperança ao Brasil, junto à vitória do país na Copa do Mundo de 1958 e a invenção, em 1959, de um novo estilo musical, a bossa nova, personificada pelo próprio presidente (COSTA e STEINKE, 2014, p.6).



Foto 13: **Palestra de Juscelino Kubitschek no Clube Militar.** Rio de Janeiro, 21 jul. 1959. Fonte: CPDOC - FGV

Juscelino Kubitschek apostou em vários aspectos que favoreceram a ideia da construção de uma nação próspera e do imaginário de uma identidade nacional. Como podemos ver nos versos citados acima, do *jingle* de Juscelino utilizado durante sua campanha à Presidência da República, trouxe o hino nacional em

referência. O homem que prometeu os “50 anos em 5”, trouxe como tema de campanha sua imagem como o grande porta-voz das massas populares.

“Gigante pela própria natureza
há 400 anos a dormir.
São 21 estados, são teus filhos a chamar
agora vem lutar, vamos trabalhar.

Queremos demonstrar ao mundo inteiro
e a todos que nos querem dominar.
Que o Brasil pertence aos brasileiros,
e um homem vai surgir para trabalhar.

Aparece como estrela radiosa
neste céu azul de anil.
O seu nome é uma bandeira gloriosa
pra salvar este Brasil.

Juscelino Kubitschek é o homem
vem de Minas das bateias do sertão.
Juscelino, Juscelino é o homem
Que além de patriota é nosso irmão.

Brasil, vamos para as urnas
Povo democrata, gente varonil
Juscelino, Juscelino, Juscelino,
Para presidente do Brasil!”

Jingle da Campanha de JK à presidência
da República em 1955.¹

Como já foi dito no primeiro capítulo, Brasília foi legitimada antes mesmo de sua construção, por meio dos discursos e da combinação de símbolos. Ainda segundo Holston (1993), a escolha do nome da nova capital teria que abarcar uma simbologia de algo grandioso, de um “Novo mundo” e um novo Brasil. Para este efeito, vários nomes foram propostos em diferentes períodos, como: “Nova Lisboa” (em referência ao Brasil Colônia); “*Petrópolis*” (Cidade imperial – Cidade de Pedro II); “*Pedrália*” (homenagem ao navegador que oficialmente foi considerado o descobridor do Brasil); “*Imperatória*” (um império no interior do país); “*Tiradentes*” (homenagem a um dos heróis brasileiros); “*Vera Cruz*” (Associação ao primeiro nome dado ao Brasil) e por último *Brasília*, justificando-se pela junção de todos os significados dos outros nomes propostos e referenciando-se aos objetivos do plano de governo de JK.

Além disso, os símbolos compostos pelo imaginário do Brasil buscavam uma identidade por meio das utopias e dos acontecimentos históricos. A principal utopia era a concretização de Brasília, pois ela representava a ideologia, a luta e a legitimação política, além de fomentar a mobilização imaginária da população brasileira. Assim, os acontecimentos históricos vinculados simbolicamente à Brasília serviram como mais um instrumento para legitimar e viabilizar uma soberania da nova capital.

¹ Fonte: <http://www.marcoeusebio.com.br/coluna/jingle-da-campanha-de-jk-a-presidencia-em-1955/50>. Copyright © Marco Eusébio - Entrelinhas da Notícia.

Relembrando alguns exemplos simbólicos que legitimaram Brasília, citados no primeiro capítulo, temos a celebração de uma missa no dia 3 de maio de 1957, que marcava a fundação de Brasília, este era o mesmo dia e o mês da primeira missa de Pedro Álvares Cabral nos anos 1500. O sonho de Dom Bosco, o profeta, também corroborou a efetivação e o imaginário da construção da capital. E a imagem do primeiro governador-geral do Brasil, comparada a Juscelino Kubitschek em relação às visões de um projeto de desenvolvimento nacional (Holston, 1993).

Além do formato de avião que compõe a paisagem aérea de Brasília, seus monumentos também apresentam formas simbólicas, análogas aos grandes monumentos egípcios, pelos quais JK tinha apreço. Segundo Miranda (1985), Juscelino Kubitschek tinha admiração por Akhenaton (Amenófis VI), um importante faraó egípcio. Ele foi responsável por várias transformações no Egito, uma delas e talvez a que mais chamou a atenção de JK foi a transferência da capital do Egito de Tebas para Akhenaton. A intenção do faraó era escapar das tensões e pressões das elites conservadoras.

Juscelino Kubitschek assemelhou-se com Akhenaton em relação às pressões e assédios que vinha sofrendo pela oposição, ele buscou na construção de Brasília a esperança de uma identidade nacional renovada, além de querer livrar o país do monopólio oligárquico:

O Brasil saía de uma crise republicada, desde a morte de Getúlio Vargas e o período juscelinista fora uma transição de paz e de democracia. Ele julgava da maior importância fugir das pressões do Rio de Janeiro para que o governo nacional pudesse encontrar sua identidade e a construção de Brasília serviria também a esse propósito, como Akhenaton servira a propósito semelhante". (...) Juscelino queria fugir do Rio de Janeiro, escapar ao assédio da oposição. Mais: pretendia liberar o país do eixo Rio-São Paulo que monopolizava as riquezas nacionais em seu próprio e exclusivo benefício (MIRANDA, 1985, p.48 e 52).

Deste modo, retornando a referência a Serbena (2003), podemos inferir que as decisões de JK na transferência da capital são ideológicas. Juscelino buscou referências em aspectos utópicos e históricos, além de modelos de desenvolvimento que legitimaram Brasília pelos símbolos, fantasias e signos. As idealizações de Kubitschek para Brasília produziu um imaginário de um determinado tipo de sociedade e governo. Em citação a Raffestin, Costa e Steinke (2014) trazem a concepção de uma capital em sua importância na representação de um poder

estável. E a construção de uma nova capital demonstra uma crise sociopolítica, mas com expressões de novas possibilidades de “sucessão de poderes”.

4.2 A CONCEPÇÃO DA ARQUITETURA DE BRASÍLIA E SEUS IDEALIZADORES.

*“Bom, mas eu... terminado Pampulha, e este período que eu continuei em contato com o Juscelino, caminhamos sempre juntos, ele sempre me convocando quando eu precisava e eu tive que, ele foi me procurar em minha casa pra fazer Brasília: ‘Ah, Oscar!’ Eu desci com ele e ele disse: ‘Tô louco pra começar Brasília.’ Logo uma semana depois eu fui com ele, o Lott, os ministros pra visitar o local. Confesso que eu fiquei assim... muito... surpreso, que era longe demais, não é? A gente ia de DC-3, não é? Tanto que levava três horas pra chegar lá e era um descampado, uma terra hostil, vazia, não tinha nada. De modo que ele me disse: ‘Olha, conto com você. Vamos tocar isso pra frente de qualquer maneira.’ E eu um mês depois já tinha organizado a minha equipe e me enfiei lá naquele fim de mundo, não é? (...) Eu sempre digo que Brasília representa o dinamismo de JK, o sonho dele, a vontade de fazer a nova capital, a dedicação do Israel Pinheiro, não é? O plano do Lúcio, muito bem pensado, não é? As fantasias da minha arquitetura, o sacrifício de milhares de operários que ficaram lá, correram como se a terra da promessa os convocasse, né? E saíram mais pobres, né?”
(Entrevista de Oscar Niemeyer Soares Filho – APDF, p.4)”*

Depois de mais seis décadas após a elaboração do relatório técnico resultante da Missão Cruels, em 1955 foi determinado a escolha do sítio no qual se fixaria Brasília, que foram delimitados pela Firma Belcher (sítios: castanho, verde, amarelo, vermelho e azul). Peluso e Candido (2006, p.40) confirmam que algumas condições geográficas foram levadas em consideração para a escolha do sítio castanho, como o “(...) clima e salubridade, facilidade de fornecimento de água, energia elétrica, acesso às vias de transporte aéreo e terrestre, topografia adequada, solo favorável às edificações, proximidade de terras agricultáveis, paisagem atraente e facilidade para desapropriação”.

No ano seguinte, Juscelino Kubitschek foi eleito e sancionou a Lei nº 2.874, em setembro de 1956, que determinava à transferência da nova Capital para o Planalto Central, de acordo com os atuais limites do Distrito Federal, e também foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Como Brasília deveria ser planejada em uma nova concepção urbanística, um concurso foi aberto para a escolha do melhor projeto urbanista, onde totalizaram 26 projetos. Foram cotados

apenas os cinco projetos que mais se destacaram, dentre os candidatos, o vencedor Lúcio Costa (Almeida, 2015).

Segundo Joffily (1977) Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, sabiam o que Brasília significava e se empenharam na elaboração dos seus projetos, para assim afirmar a ideologia de uma nova capital renovadora e revolucionária. O projeto do plano urbanístico de Lúcio Costa apresentava símbolos que evidenciaria a era da tecnologia e da imagem de um país que estava em constante desenvolvimento. (ver *figura 1*). Assim como afirmam Peluso e Candido (2006, p.43): “a imagem de um Brasil que alçava vôo em direção à era da máquina está toda presente no Plano Piloto de Brasília, com seu formato de avião, ícone do movimento de expansão econômica”.

Dessa forma, Miranda (1985) afirma que Niemeyer apostou em um projeto arquitetônico em que as obras fossem simples e ao mesmo tempo monumentais e com formas geométricas, que impusessem majestosidade, a quebra da monotonia, e, principalmente, expressões nos traços que lembrassem o Brasil colonial. Em contra partida, Joffily (1977) afirma que o projeto do Plano Piloto expressa a sensação do vazio:

Os prédios de Brasília, quase todos em formas de caixas, estão arrumados com genial equilíbrio de massas e distâncias, mas deixando uma estranha sensação de vazio, de coisa irreal, pela absoluta falta de contrastes naturais. Nenhuma fotografia e nem mesmo uma filmagem panorâmica conseguem dar o toque de isolamento ou abstração pela visão destas formas lógicas, levantadas na paisagem limpa, sem qualquer ponto de referência nos 360 graus do horizonte (JOFFILY, 1977, p.50).

Levando em consideração a experiência de Juscelino ainda jovem em visita a cidade de Akhenaton, alguns autores afirmam que parte da história de Brasília foi baseada na admiração de JK ao contexto histórico e a arquitetura da cidade egípcia. Segundo Kern (1984, p.25/26), Juscelino Kubitschek trouxe a ideia do Lago Paranoá (ver *foto 14*) em comparação ao primeiro lago artificial do mundo, o Nilo. Ele representa a fertilidade e a riqueza das mais diversas formas, e por muito tempo atraiu vários povos e etnias “formando assim um ímã acolhedor dos vizinhos e mesmo nos *nomos* que formavam o Alto e Baixo Egito”. Neste contexto, Brasília também traiu pessoas de todos os cantos do Brasil, que buscavam em suas terras o

que a profecia de Dom Bosco dizia: “(...) esta região terá fartura e paz e será o Celeiro do Mundo de onde jorrará leite e mel.”



Foto 14: **Construção da Barragem do Paranoá-DF (1959).**
Fonte: ARPDF.

Ainda segundo Kern (1984), a arquitetura de Brasília foi minuciosamente planejada em detalhes simbólicos e complexos. A autora afirma que as formas de Brasília foram traçadas de acordo com o Tarot Egípcio (que é usado para a busca de respostas na tomada de decisões) e da Cabala Hebraica (que são ensinamentos secretos). Dessa forma, a autora traz em sua obra vários significados para os monumentos construídos na capital, como exemplos temos a Rodoviária (*ver foto 15*) e o Congresso Nacional (*ver foto 16*) que foram projetados em formato de “H”, um deitado e outro de pé:

[...] A Rodoviária, que é um H deitado, ocupando 3 planos, ou seja, os 3 planos da terra. Um subterrâneo, um nível da terra, outro sobre a Terra. (...) E o conjunto todo desta arquitetura em forma de H deitado, nós poderíamos tratar como homem mortal. O Congresso é o edifício que está a frente da rodoviária, é o H de pé, justamente representando o homem espiritual, o homem ereto, o homem imortal. O Congresso Nacional é formado por duas Conchas. Se emendarmos essas duas conchas, vamos obter uma esfera, símbolo do Universo (KERN, 1984, p.33).



Foto 15: Rodoviária do Plano Piloto e Buraco do Tatu. Fonte: SSC



Foto 16: Praça dos três Poderes e Esplanada dos Ministérios – ao fundo Rodoviária do Plano Piloto (1969). Fonte: ARPDF.

Eis que em 1957 foi, finalmente, iniciado o processo da construção da capital, muitos migrantes trabalhadores foram chegando de várias regiões do Brasil, esse foi o resultado da campanha de “recrutamento” feito por JK, como mencionado no primeiro capítulo. Assim como afirma Niemeyer no depoimento acima, o terreno em que fixaria a capital “*era um descampado, uma terra hostil, vazia, não tinha nada*”. E foi nessas condições que os trabalhadores encontraram o local da construção de Brasília. Assim, vários acampamentos, muitos precários, foram levantados para abrigar esses trabalhadores (*ver foto 17*).



Foto 17: Acampamento de “candangos” na Esplanada dos Ministérios/ Brasília - DF (1959). Fonte: ARPDF.

Segundo Joffily (1977, p.49), em referência aos dados do IBGE, a estimativa da população no equilátero de Brasília era de 6.000 habitantes em meados de 1957. Em menos de dois anos, a estimativa para maio de 1959 era cerca de 64.000 pessoas. Tamanha proporção no aumento da população é descrita pelo autor como um “formigueiro de operários, todos fardados de barro vermelho, nivelando terrenos e cavando fundações”.

Esses trabalhadores, em grande maioria pobre, foram denominados como “andangos”, onde assim como Holston (1993), Joffily (1977, p.50) confirma em crítica o real significado desse termo, mas em contrapartida, o autor afirma que o nome candango criou raízes e foi usada em um tom amistoso:

A verdade é a palavra ‘candango’, sempre utilizada em tom carinhoso, surgiu ou ressurgiu em Brasília, onde criou raízes pela inconfundível sonoridade. Como o mesmo sentido e definindo os mesmos agentes, há outros exemplos: como ‘cassaco’ significando trabalhador na construção das primitivas cidades de ferro do nordeste (...). Os nomes candango, cassaco ou arigó representam o mesmo homem, quase sempre um retirante ou flagelado nordestino.

Porém segundo Costa e Peluso (2013, p. 8-10), essa realidade foi bem diferente, pois inicialmente, durante o “recrutamento para a construção da cidade capital” os trabalhadores foram vistos como construtores da nacionalidade brasileira, posteriormente os “candangos” foram “negligenciados no processo de crescimento do país”. Os autores afirmam que esses trabalhadores eram necessários para a concretização da transformação espacial de Brasília, mas “Brasília não poderia guardar a memória daqueles que fizeram a sangue, suor e ferro essa memória.” Esse processo de negligência com os trabalhadores mudaria a memória e a imagem de um país atrasado.

Alguns lugares temporários foram criados para suprir algumas necessidades básicas dos trabalhadores, assim como a Cidade-Livre (atualmente Núcleo Bandeirante), que foi uma das primeiras cidades “provisórias” formadas no período da construção de Brasília. Segundo Costa e Peluso (2013, p.13) era lá que se encontrava o comércio, era o “ponto de referência para a nova capital, o centro abastecedor”. No planejamento da nova capital, estava previsto que após a construção de Brasília, os comerciantes migrariam para as áreas comerciais na W3

Norte, porém os comerciantes não aceitaram, por vários motivos, e houve a resistência. Mesmo após o término do mandato presidencial de JK os problemas não cessaram e, no governo seguinte, o presidente Janio Quadros usou da força do Exército para retirar os moradores para outras cidades, pois as “invasões” já estavam muito próximas à Capital.

O governo federal fez, na Cidade Livre, um campo de batalhas. De acordo com o autor, em número recorde, edifícios foram demolidos, pessoas expulsas e lojas fechadas; batalhas de rua se desencadearam entre moradores e polícia; multiplicaram-se rumores sobre uma iminente remoção da cidade. Contudo, ocorreu a renúncia de Jânio Quadros, seu vice-presidente assumiu e foram neutralizadas as forças que depunham contra a Cidade Livre, pela troca dos agentes tanto da Novacap quanto da prefeitura (COSTA e PELUSO, 2013, p. 16).

Esses lugares temporários foram posteriormente regularizados e chamados de Cidades Satélites (mais tarde Regiões Administrativas do DF) criadas com a intenção de abrigar a população que estava próxima à capital, que mesmo após Brasília ser inaugurada ainda atraía vários migrantes. Neste contexto, várias cidades foram sendo criadas, com o objetivo de abrigar a população marginalizada: “em 1958 surgiu Taguatinga, criada a 15 km do Plano Piloto; a cidade do Gama, criada em 1960; bem mais distante, Sobradinho, criada no mesmo ano que Ceilândia, aglomerações com precárias condições criadas em 1971.” (Dossiê de Candidatura, p.57)

O “recrutamento” dos que ergueram a nova Capital trouxeram várias mudanças para o centro do país, principalmente no que diz respeito às diversidades culturais, pois chegaram contingentes de todas as regiões brasileiras. Porém, a proposta urbanística de Lúcio Costa, não previa um lugar para a moradia permanente dos “candangos”. Afinal, Brasília havia sido projetada para ser sede administrativa do estado, e que segundo Joffily (1977, p.39) a Universidade de Brasília também não estava prevista, pois o presidente da Novacap alegou que “a presença incômoda de estudantes e operários”, atrapalharia a tranquilidade da cidade.

Em uma concepção utópica, Brasília era considerada imagem de uma “nova sociedade”, uma nova cidade que representaria os novos rumos do País, entretanto como qualquer cidade brasileira passou a apresentar contradições e desigualdades socioespaciais. Dessa forma, os territórios encontrados no Planalto Central

assumiram papéis fundamentais e distintos na sociedade, mediante os processos evolutivos da produção e transformação do espaço, cada lugar foi selecionado para diferentes fins (produção, ocupação, administração).

Brasília, desde sua pré-concepção era vista como o símbolo da renovação técnica e industrial brasileira, e trouxe para o Centro-Oeste novas relações de trabalho e conseqüentemente, o desenvolvimento técnico fomentado pelo avanço da ocupação do país. Levando em consideração os resultados das entrevistas, dos dez entrevistados, cinco responderam que Brasília, atualmente, é o símbolo do poder e da corrupção política no país. Destacando-se a fala transcrita do entrevistado 3, podemos perceber o ponto de vista negativo que Brasília adquiriu em função do seu papel político nacional: *“Brasília representa pra mim toda a podridão do sistema em qual a gente já nasce inserido, toda representação de toda essa porcaria toda”*.

Sobre o ponto de vista dos entrevistados em relação à importância das outras Regiões Administrativas, todos os participantes afirmaram que todo o Distrito Federal é tão importante quanto Brasília. Quanto as respostas transcritas dos entrevistados 2 e 5, podemos destacar o ponto de vista em relação ao lugar do pobre no Distrito Federal. Entrevistado 2: *“As outras RAs são importantes também, por que lá que é o lugar das pessoas mais pobre, assim né?!”*; Entrevistado 5: *“Pra mim as outras RAs são mais importantes que Brasília, pois é lá que mora a maioria da população pobre”*.

A principal diferença entre Brasília e as demais Regiões Administrativas foi o processo de ocupação, mediante as intenções do Estado. Brasília foi projetada para atender as intenções do Estado nas relações empreendedoras para servir a economia, ocupada por uma minoria. As outras RAs foram criadas para amenizar as tensões da população migrante, para dispersar as invasões próximas à capital e tentar resolver a crise habitacional.

Toda e qualquer cidade tem sua história e seu valor. Porém esse valor é seletivo em relação ao que deve ser realmente preservado. Brasília chancelada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, reproduz a imagem e o imaginário de uma capital utópica.

4.3 BRASÍLIA, PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: UTOPIA E REALIDADE

Em menos de quatro anos, Brasília teve suas principais obras finalizadas, e foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960, mesmo dia em que se é comemorado o feriado de Tiradentes (*ver foto 18*). Desde a construção de Brasília, a capital já era alvo de críticas, e sua concretização tornou as ideologias de JK em realidade. Assim, em meio a tantas turbulências que o governo de Juscelino enfrentou, Brasília era a mensagem positiva que o Brasil oferecia a população.

Mediante todas essas ideologias e contextos históricos que envolvem a nova capital do Brasil, em 11 de dezembro de 1987 a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) reconheceu



Foto 18: **Presidente JK saúda a população na inauguração de Brasília em 21 de Abril de 1960.** Fonte: ARPDP.

Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo a primeira cidade moderna do mundo a receber tal título, incluída, então, na Lista do Patrimônio Mundial pelo organismo internacional.

Segundo a UNESCO, Brasília é uma cidade singular, com características voltadas para a expressão do desenvolvimento modernista. Tais características estão presentes no planejamento urbano e no projeto arquitetônico e urbanístico de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O projeto Brasília trouxe para a história do país um processo de identidade nacional, principalmente ao que diz

respeito a sua estrutura urbana.

Para ser inscrita na lista do Patrimônio Mundial, o Governo do Distrito Federal enviou um formulário/dossiê de candidatura, que apresentava todas as justificativas referentes aos bens e monumentos a serem tombados, e antes de ser aprovado passou pela avaliação do Comitê do Patrimônio Mundial. O título de Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, tem por objetivo preservar e proteger todos os bens materiais e imateriais, para a permanência da identidade de um povo com “valor universal excepcional”. Ou seja, o ato de

preservar um patrimônio é o mesmo que preservar nossas gerações passadas, mas com intencionalidades distintas.

Após Brasília ter sido inaugurada, assim como foi dito anteriormente, várias cidades foram crescendo e outras sendo criadas, esse crescimento foi bastante acelerado tanto em Brasília, quanto no Distrito Federal. Assim como afirmam os autores Peluso e Candido (2006, p.107), “são espaços de construção acelerada, em que o rápido crescimento da população e das atividades ocasiona novas configurações do território e diferentes apropriações da natureza e da sociedade”.

Além da configuração territorial, Peluso e Candido (2006) afirmam que esse crescimento ocasionou, principalmente, os problemas com a ocupação em lugares inapropriados, não somente pela população pobre, mas também pela população das classes mais elevadas, como exemplo, temos a ocupação da orla do lago Paranoá em alguns locais residenciais.

Os constantes avanços urbanos e as transformações na paisagem do Distrito Federal ocasionaram a preocupação em preservar o Plano Piloto de Brasília. Ao modo que esse crescimento descaracterizaria a concepção de Brasília como cidade “monumental, residencial, gregária e bucólica (Peluso e Candido, 2006, p.110). Em contrapartida, metade dos entrevistados afirmaram que o processo de urbanização em Brasília não interferiria na preservação do patrimônio de Brasília.

Quando o tombamento de Brasília ainda era uma proposta, o Jornal Correio Brasiliense publicou no dia 16 de junho de 1983, as críticas sobre o tombamento da cidade. “Tombar um canteiro de Obras”, essa era a manchete desse jornal, no qual se reportava aos dois lados do tombamento, os prós e contras. Brasília foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial quando tinha apenas vinte e cinco anos, essa foi uma das principais críticas feitas por parte da gestão de Brasília naquele período. Pois segundo o jornal, se Brasília fosse tombada estaria protegida dos especuladores imobiliários, que desejavam ver a capital transformada em um novo canteiro de obras.

Contra o tombamento, os empresários interessados nas construções civis em Brasília alegavam que o tombamento significaria acelerar a ruína da construção civil e aumentaria ainda mais o nível de desempregos na cidade, afinal, Brasília, a cidade modernista, precisava mudar. Segundo os empresários, Brasília estava inacabada e

com muitos espaços ociosos e outros não funcionais (Correio Brasiliense, 16 jun. 1983).

Considerando as respostas das entrevistas, mais da metade dos participantes acham que outras Regiões Administrativas não deveriam ser tombadas, mesmo as cidades que fizeram e fazem parte da memória da construção de Brasília. Mas, considerando o depoimento da entrevistada 9, moradora do Plano Piloto desde 1960, podemos perceber uma resposta diferente dos demais, onde para ela as outras RAs deveriam sim, ser tombadas, mas *“apenas as (cidades) que fazem parte da fundação da cidade como o Núcleo Bandeirante e outros”*.

Segundo Peluso e Candido (2006), existem vários patrimônios culturais no Distrito Federal que estão sendo negligenciados em relação à preservação de seus bens, essa observação é feita, principalmente em comparação as condições de preservação de Brasília. Tendo em vista essas condições de preservação dos espaços patrimoniais, temos dois exemplos, o Museu Vivo da Memória Candanga (ver foto 19) e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (ver foto 20).



Foto 19: **Museu Vivo da Memória Candanga – Antigas instalações do Hospital Juscelino Kubitschek.** Fonte: Estephany Almeida, 2015.



Foto 20: **Museu Histórico e Artístico de Planaltina.** Fonte: Estephany Almeida, 2015.

O Museu Vivo da Memória Candanga está localizado na Região Administrativa Núcleo Bandeirante, e é o único museu do Distrito Federal que possui um acervo que aborda a história de Brasília na perspectiva do próprio “candango”. O museu foi tombado em 1985 como patrimônio cultural local e recentemente, no ano de 2015, foi tombado pelo IPHAN. Apesar do seu grau de importância, o museu sofre com a

falta de manutenção e investimentos por parte do GDF. Recém restaurado, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, instalado em um antigo casarão da família Guimarães, foi por muito tempo abandonado e negligenciado pelo estado, mesmo sendo tombado como Patrimônio Público (1971) e estando sob tutela da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA.

Os dois Museus têm muitas coisas em comum, como a importância histórica, e principalmente a negligência sofrida pelo estado conforme o não cumprimento da Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 (referente à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional), onde o Art. 23 ressalva o papel da União no processo de conservação e a exposição das obras históricas. Outro fator em comum, é que nenhum dos dois estão na rota do turismo em Brasília.

Brasília como símbolo do poder, também pode ser traduzida como uma estratégia da conquista do Estado, em relação a sua imagem como abertura para a modernidade do país. Já as Regiões Administrativas, podem ser consideradas como reflexo dessa modernidade abstrata e periférica.

Dessa forma, a possibilidade para entender a imagem de Brasília além do Plano Piloto está no que Costa (2016, p.8) chama de *patrimônio territorial*. O *patrimônio territorial* designa processo de colonização baseado na exploração e na inserção de uma identidade e de um território externo. Esse patrimônio valoriza o sentido mundial de modernidade, não levando em conta as contradições territoriais e históricas. O autor trás a ideia de *utopismo patrimonial-territorial*, como um rompimento com o passado estrangeiro, como “resistência à *colonialidade do poder e do saber*”.

Segundo o Dossiê de Candidatura, Brasília tem seu valor histórico evidente, entretanto, esse valor não é igual quando se tratam de outros espaços considerados canteiros de obras durante o período da construção da capital, assim como as vilas de assentamentos de operários. O fato é que aos poucos esses espaços estão sendo estudados, com o objetivo de ampliar as áreas de preservação do acervo da memória do Distrito Federal, e não somente a memória de Brasília.

Em defesa do tombamento de Brasília, alguns arquitetos fizeram propostas nas quais sugeriam correções no Código de Obras e edificações que permitissem a construção de mais blocos por quadras, mas que não houvesse a descaracterização e nem a perda da qualidade das obras. Sugeriram, ainda, que houvesse mudanças

no uso do solo para possibilitar a abertura de novas vias e melhorar a distribuição das atividades comerciais por quadras. As mudanças propostas foram pensadas para desenvolver Brasília sem destruir suas riquezas arquitetônicas, ecológicas e culturais (Correio Brasiliense, 16 jun. 1983).

De todos os dez entrevistados, apenas um não sabia que Brasília foi tombada como Patrimônio da Humanidade, e em resposta, todos os que sabiam do tombamento da capital responderam que esse título agrega valores a cidade. Desse modo, destaca-se o ponto de vista do entrevistado 7: *“Sempre soube que Brasília foi tombada. E esse título agrega valores na medida em que contribui para a conservação e proteção do seu projeto urbanístico inicial”*. Em contrapartida, o entrevistado 3 esclarece sua opinião sobre Brasília ser tombada: *“Não sabia que Brasília era patrimônio. E eu acho que deveria agregar valores sim (...) qualquer lugar que seja patrimônio da humanidade deve ter seu valor, mas (...) a humanidade mesmo não está sendo preservada. (...) É muito irrelevante qualquer lugar ser tombado, pois Brasília ser tombada não interfere na vida de ninguém”*.

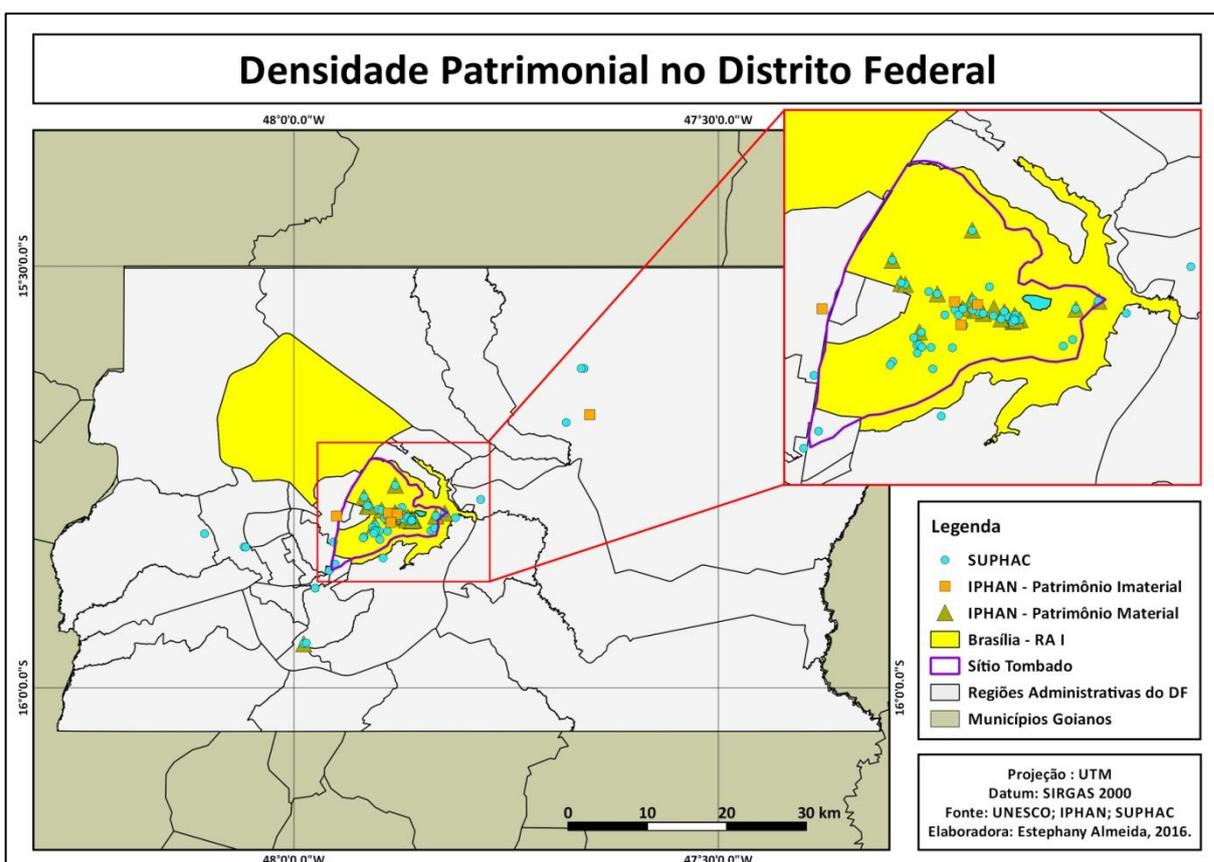
A ideia da preservação da humanidade abordada pelo entrevistado 3 retoma a questão dos riscos tratados no capítulo anterior. A preservação seletiva de lugares e objetos propõe uma reflexão para o que está além desse patamar de “patrimônio”, ou seja, a busca pelo real sentido dos valores, principalmente o da vida.

Analisando o Dossiê de candidatura ao tombamento de Brasília podemos perceber que a ideia de tombar a capital veio pela preocupação em preservar a paisagem natural e histórica de Brasília. Segundo o documento, o crescimento urbano das cidades que estão ao redor de Brasília possui uma estrutura urbana diferenciada e que não poderia incorporar-se na estrutura urbana de Brasília. E mesmo Brasília tendo seus espaços de usos do solo criticado, o documento justifica este fato como uma forma de domínio e estratégia para barrar a concentração de pessoas em uma determinada localidade, proporcionando a circulação adequada das pessoas e permitindo uma melhor conservação da cidade.

O projeto arquitetônico de Brasília, segundo Alves (2005, p.125), revela o caráter qualitativo de seus idealizadores. Para a autora, Lúcio Costa pensou na nova capital como uma “cidade viva e parazível, não apenas de monumentos nacional, símbolo de poder e de exposição de arquitetura”. Dessa forma a autora afirma que

Lúcio Costa e Oscar Niemeyer fizeram de Brasília uma obra poética, na qual sua grandiosidade estava representada em sua arquitetura.

Levando-se em consideração o mapa 2, podemos perceber a concentração de patrimônios no território de Brasília, tombados pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC). Também podemos perceber que existem alguns patrimônios fora do sítio tombado de Brasília. Esses lugares, apesar de serem tombadas, assim como nos exemplos anteriores, não possuem a mesma atenção e reconhecimento pelo seu valor simbólico. Lembrando que alguns patrimônios, principalmente os imateriais, não foram pontuados, ao modo de que não possui referência geográfica para tal fim. Mas é importante salientar que essas áreas são de grande importância para a história e formação cultural da população do Distrito Federal.



MAPA 2: Densidade Patrimonial no Distrito Federal. Elaboração própria.

A chancela de Patrimônio Mundial deferida pela UNESCO produz o que o autor Costa (2016), chama de “universalização cultural e natural”. Ou seja, as cidades patrimoniais adquirem características singulares, como parte de um processo, definidas pelo autor como “singularidades para internacionalização”, produzindo as diferenças “socioterritoriais”. Como proposta contra tal intencionalidade que nega a participação das cidades que não fazem parte desse processo, o autor propõe o “utopismo patrimonialista singularista”. Esse utopismo sugere que o indivíduo seja estimulado a valorizar seu ambiente de convívio, independentemente, do lugar que esteja inserido.

Sobre a imagem vendida de Brasília, a maioria dos entrevistados afirmou que a mídia retrata somente as coisas boas de Brasília. Sobretudo, uma parte dos entrevistados associou Brasília aos escândalos de corrupção que passam na mídia. Mas, destacando-se o ponto de vista do entrevistado 4, onde ele trás a ideia da imagem vendida de Brasília, mas com uma crítica aos outros lugares para possíveis roteiros turísticos: *“a mídia vende seus encantos, pelos pontos turísticos, mas deveria mostrar os outros lados de Brasília, levar os turistas para a favela, para mostrar o lado da população marginal”*.

Retomando a ideia de *patrimônio-territorial* proposta por Costa (2016), e considerando Brasília no contexto de modernidade e “colonialidade”, podemos perceber que as intencionalidades simbólicas do Estado estão voltadas para um desenvolvimento territorial, baseado em um parâmetro mundial.

Os espaços no Distrito Federal, vistos como marginalizados, têm seu valor histórico e cultural. E segundo as ideias defendidas por Costa (2016), as periferias também tem seu valor e representação social, político e econômicos, além disso, esses lugares também possuem valores culturais e artísticos, não somente para o mercado do turismo, mas pela própria comunidade, a fim de firmar a ideia de identidade e pertencimento do lugar.

Brasília em sua concepção imagética foi lançada como a ideia do novo, da esperança, da mudança necessária perante a imagem e ao imaginário social, e até mesmo como uma capital acolhedora. Porém essa ideia utópica foi sendo ressignificada, e Brasília atualmente representa o símbolo da corrupção (também de acordo com as entrevistas) e o centro do poder político nacional.

Apesar de ser uma cidade Capital Federal, Brasília em sua utopia, apresenta em seu território desigualdades socioespaciais que se equipara a qualquer outra cidade brasileira. Essa desigualdade tem raízes de relações de poder impresso em todo o território do Distrito Federal, principalmente ao que diz respeito às formas e significados da arquitetura de Brasília em contraponto às outras RAs.

Dessa forma, podemos afirmar que quando o Brasil era colônia tiveram suas terras exploradas e uma cultura e uma identidade externa, essa cultura externa ainda é vista como padrão de modernidade. Brasília fixou-se no Centro-Oeste e carrega em seu território urbano e arquitetônico a ideologia política e econômica de Kubitschek. Tornou-se Patrimônio da Humanidade que infere sua importância singular e extraordinária e que além, de tudo, negligencia uma parte de sua história.

Entender Brasília para além do Plano Piloto está em compreender a formação histórica das outras cidades, que fazem parte do Distrito Federal. E além de tudo o que já foi abordado, podemos completar com a ideia de entender Brasília como parte da história da formação Distrito Federal como um todo, assim como as demais Regiões Administrativas. Talvez assim, as diferenças socioespaciais sejam amenizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto arquitetônico de Brasília, constituído como uma utopia da modernidade foi fruto de um projeto desenvolvimentista e de um imaginário de nação. Em suas formas arquitetônicas, carregadas de simbologias, a cidade deveria ser apresentada como a imagem de uma nova identidade nacional.

Brasília, como símbolo da modernidade brasileira, também foi representada como símbolo da velocidade. No sentido de que a construção da nova capital estava voltada para representar o país em seu projeto de desenvolvimento. A velocidade em que Brasília foi construída também representa esse processo, assim como a velocidade que outras Regiões Administrativas foram sendo criadas no Distrito Federal, em detrimento da grande demanda populacional advinda de todos os cantos do país.

A modificação da paisagem pela ocupação do Centro-Oeste por meio de uma nova capital, favoreceu a reprodução dos espaços urbanos no Distrito Federal. No período técnico-científico-informacional essas dinâmicas se tornaram mais intensas, ou melhor, cada vez mais mundializadas.

A manipulação das coisas em favor das necessidades e desejos humanos propiciou vários problemas sociais, justamente pelo modo de produção capitalista, que visa somente o lucro. Inclusive os problemas dos ricos que cercam as sociedades contemporâneas.

Outro fator analisado foi as transformações técnicas que ocorrem no espaço e desconsideram o cotidiano do indivíduo, que cada vez mais se torna desterritorializado. O exemplo dos “candangos” que tiveram suas raízes culturais negligenciadas é emblemático, pois sua imagem de trabalhador pobre não se atrelava ao imaginário de novo Brasil.

Considerando o papel dos trabalhadores na construção da história da nova capital, Brasília não pode ser compreendida apenas pelo seu plano urbanístico, formulado por Lúcio Costa. Entender a dinâmica da cidade perpassa os limites urbanos e, segundo Costa et. al (2013, p.328): “(...) a totalidade da cidade, em essência, só pode ser alcançada na junção entre os elementos concretos que favorecem a produção do imaginário urbano e o próprio imaginário sobre a cidade (...).”

Assim, a imagem vendida do Plano Urbanístico de Brasília nos faz pensar sobre as reais intencionalidades em concentrar as atenções para essa localidade. Afinal, ao redor de Brasília temos um acervo cultural, artístico, histórico que podem ser levados em consideração no processo de resignação da identidade nacional. Os discursos voltados para a inserção de novas ideologias, também é um fator importante, principalmente quando consideramos a manipulação e a reprodução do imaginário das massas.

Considerando, as respostas dos entrevistados, Brasília perdeu sua essência de “cidade esperança” e passou a ser vista como símbolo do poder e da corrupção política no país. Além disso, Brasília, assim como qualquer outra cidade do Brasil, apresenta desigualdades socioespaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Estephany. **Iconografia das transformações espaciais e técnicas de São Sebastião – DF**. Brasília: Universidade de Brasília. Projeto de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, orientador: Everaldo Costa, 2015.

ALVES, Lara. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. In: **Revista de História da Arte e Arquitetura**. Campinas: Programa de Pós-Graduação do Departamento de História - UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v2-123-132/lara%20moreira%20alves.pdf>.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

BECK, U. **Sociedade de risco, Rumo a uma nova modernidade**. Londres: Sage Publications, 1992.

BUITONI, D. H. S.; COSTA, C. R. (Org.). Enquanto a cidade dorme. In.: **A cidade e a imagem**. 01. ed. Jundiaí - SP: Editora In House, 2013. v. 01. 348 p.

CASTRO, Cléia Rubia de Andrade; NASCIMENTO JÚNIOR, Antonio Fernandes. **O Processo de Planejamento Urbano e sua busca pelo resgate da Qualidade Ambiental da Cidade**. Hórus (FAESO), JCR, Ourinhos: FAESO, v. 1, p. 1-17, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSGROVE, Denis. A geografia esta em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, tempo e cultura**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1998.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. **Brasília e Áreas Protegidas do Cerrado: Gestão Patrimônio Mundial no Brasil Central**. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online), v. 12, p. 1-147, 2012.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. **Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional**. Scripta Nova (Barcelona). JCR, v. 44, p. 1-27, 2014.

COSTA, Everaldo B. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio mercadorias** - Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

COSTA, Everaldo B. **Cidades, imagem e patrimônio: questão metodológica**. X ENANPEGE, Geografia, Políticas Públicas e Dinâmicas Territorial. Campinas, 2013, p. 1-21.

COSTA, E. B.; et al . **Metropolização, patrimonialização e potenciais de conflitos socioterritoriais em Brasília - DF**. Espaço e Geografia (UnB), v. 15, p. 325-367, 2013.

COSTA, Everaldo B; PELUSO, Marília L. **Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956- 1971)**. XII Simpurb- Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, UERJ, 2013 a, p. 1-28.

COSTA, E. B. **Utopismos patrimoniais pela América Latina** - resistências à colonialidade do poder. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 2016. v. 1. p. 1-30

COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. . **Imaginário urbano e 'situação territorial vulnerável' na Capital do Brasil**. Biblio 3w (Barcelona), v. XXI, p. 1-36, 2016.

COUTO, João Gilberto Parenti. As profecias de Dom Bosco. In: **A Mensagem codificada sobre o Brasil nas Profecias de Dom Bosco e outros temas brasileiros e sul-americanos** (Org.). Belo Horizonte, Mazza edições, 2009. p. 20-24.

HUMBERTO, Luiz. Fotografia, a poética do banal. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 106 p.

HOLSTON, James. **A Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977. 138 p.

JORNAL CORREIO BRASÍLIENSE. **Tombar um canteiro de obras**. Acervo datado em 16 de junho de 1983. Disponível no acervo de arquivos multimídias (MTC) da Universidade de Brasília – UnB.

KERN, Iara. **De Aknaton a JK: das pirâmides a Brasília**. 2. ed. Brasília: Ipiranga, 1984. 128 p.

LAPLANTINE, François. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

MIRANDA, Antônio. **Brasília utópica (visão e revisão)**. Brasília: Thesaurus, 1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Aberto**, v. 14, n. 61, p. 53-9, 1994.

PELUSO, M.; CANDIDO, W. **Distrito Federal: paisagem, população & poder**. São Paulo: HARBRA, 2006. 121 p.

PORTAL DO IPHAN. **Dossiê de Candidatura - Brasília/ UNESCO**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf?>>. Acesso em maio de 2016, 51 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo. **A capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3° ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. Ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERBENA, C. A.. **Imaginário, ideologia e representação social**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Florianópolis, v. 52, p. 2, 2003.

SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. **Depoimento - Programa de História Oral**. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. 27 p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Cidade: lugar e geografia da existência. In SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e VASCONCELOS, Pedro de Almeida (Org.). **Novos estudos de geografia urbana**. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 09-18.

Fonte das Imagens.

Agência Mídia. Disponível em: <<http://agenciamidia.com.br/portfolio-agencia-midia-marketing-e-comunicacao-digital/>>>. Acesso em maio de 2016.

Agência de Notícias, UniCEUB. **“Grito de Brasília para as Diretas Já”**. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/index.php/o-grito-de-brasil-para-as-diretas-ja/>>>. Acesso em maio de 2016.

Contas Abertas. **Manifestações de junho surtiram pouco efeito sobre orçamento**. Disponível em: <[>](http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/6727)>. Acesso em maio de 2016.

O regional. **Catanduva espalha Outdoors demonstrando luto.** Disponível em: <http://www.oregional.com.br/2015/02/acorda-brasil-catanduva-espalha-outdoors-demonstrando-luto_314385>. Acesso em maio de 2016.

APÊNDICE:

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1- Nome. (opcional):

2- Idade:

3- Sexo: F () M ()

4- Naturalidade:

5- Onde mora? Desde quanto? Qual é a sua ligação com o Plano Piloto/Brasília?

6- Você vê Brasília só como o Plano Piloto, ou como todo o Distrito Federal?

7- O que Brasília representa pra você?

8- Você acha que outras Regiões Administrativas (RAs) são importantes como Brasília? Sim ou Não e Por quê?

9- Se pudesse escolher um símbolo que caracterizasse Brasília, qual seria?

10- Você sabia que Brasília é Patrimônio da Humanidade? Você acha que esse título agrega valores a cidade? Se Sim, quais?

11- Se estivesse descrevendo Brasília para uma pessoa que não conhece a cidade, qual seria a imagem que descreveria sobre a Capital?

12- Como pensa que estará Brasília daqui dez anos?

13- Em sua opinião, qual é a imagem vendida pela mídia e pelas agencias de turismo sobre Brasília?

14- Segundo sua percepção sobre a Brasília:

A: O Senhor (a) acha que o processo de urbanização em Brasília pode interferir na preservação do Patrimônio Tombado? **Sim () Não ()**

B: O Senhor (a) acha que outras Regiões Administrativas também devem ser consideradas como Patrimônio da Humanidade? **Sim () Não ()**

C: Acerca dos monumentos considerados patrimônios tombados, o (a) senhor (a) considera:

<input type="radio"/> Importância	Pouco ()	Intermediário ()	Muito ()
<input type="radio"/> Preservação	Pouco ()	Intermediário ()	Muito ()
<input type="radio"/> Acessíveis	Pouco ()	Intermediário ()	Muito ()